

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2019)



Exercício de 2019

A) QUADRO PRINCIPAL

CONSOLIDADO

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		5.653.047,64	8.088.687,67	PASSIVO CIRCULANTE		7.118.792,53	8.045.719,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.797.128,71	5.153.252,06	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		2.704.134,19	3.721.126,90
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		2.797.128,71	5.153.252,06	PESSOAL A PAGAR		590.312,43	833.332,72
CONTA ÚNICA	F	2.456.655,13	4.654.213,29	PESSOAL A PAGAR	F	590.312,43	833.332,72
CONTA ÚNICA RPPS	F	134.493,24	107.131,17	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		115.841,16	117.635,90
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F	205.980,34	391.907,60	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	F	115.841,16	117.635,90
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		94.374,26	228.633,57	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		1.997.980,60	2.770.158,33
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		61.614,26	69.468,40	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	245.201,30	1.589.347,63
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS	P	14.858,15	0,00	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	204.715,31	78.734,51
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS	P	46.756,11	69.468,40	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F	8.615,56	0,00
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA		32.760,00	159.165,17	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	1.505.262,28	1.088.251,20
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	32.760,00	159.165,17	FGTS	F	13.824,97	13.824,97
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		2.758.385,94	2.706.802,04	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F	20.361,18	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		2.758.385,94	2.706.802,04	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		558.683,55	975.317,01
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	F	-62,14	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		557.483,55	975.317,01
FAMÍLIA PAGO				FORNECEDORES NACIONAIS	F	547.633,55	974.397,01
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES ESTADUAIS, DISTRIAIS E MUNICIPAIS	P	1.127.980,54	1.076.334,50	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	9.850,00	920,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	P	1.630.467,54	1.630.467,54	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR ESTRANGEIROS A CURTO PRAZO		1.200,00	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		3.158,73	0,00	FORNECEDORES ESTRANGEIROS A CURTO PRAZO	F	1.200,00	0,00
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		3.158,73	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	81.113,80
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	F	3.158,73	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		0,00	81.113,80
				OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RECOLHER	F	0,00	81.113,80
ATIVO NÃO CIRCULANTE		16.875.834,77	13.512.927,82	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		3.855.974,79	3.349.193,95
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.840.116,63	2.543.382,61	VALORES RESTITUÍVEIS		3.855.974,79	3.349.193,95
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		2.840.116,63	2.543.382,61	CONSIGNAÇÕES	F	3.650.510,46	3.291.918,67
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	2.431.760,13	2.272.594,96	DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	F	13.050,53	13.050,53
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	151.656,32	147.137,10	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	F	192.413,80	44.224,75
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	P	123.650,55	123.650,55	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		38.716.864,88	251.904,99
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	133.049,63	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		133.049,63	45.257,19
IMOBILIZADO		14.035.718,14	10.969.545,21	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		133.049,63	45.257,19
BENS MÓVEIS		5.237.486,20	4.496.285,80	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	P	133.049,63	0,00
BENS DE INFORMÁTICA	P	6.210,00	2.940,00	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	P	0,00	45.257,19
VEÍCULOS	P	557.190,00	168.990,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO		38.583.815,25	206.647,79
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	1.344.033,33	1.342.583,33	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO		38.583.815,25	206.647,73
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	2.952.880,97	2.935.776,47	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	P	22.823.189,15	10.255.564,28
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	2.600,00	0,00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	P	15.760.626,10	10.501.867,99
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	374.571,90	45.996,00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	P	0,00	-22.832.821,58
BENS IMÓVEIS		10.306.746,86	7.826.171,50	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	P	0,00	2.282.037,04
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	273.257,96	192.165,23				
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	10.033.488,90	7.634.006,27				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-1.508.514,92	-1.352.912,09				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-1.508.514,92	-1.352.912,09				

Documento Assinado Digitalmente por: MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO, EDER MARCONE VIEIRA
 Acesso em: https://tce.go.gov.br/ppa/calido/DocAssamCodigo.do?documento=b66a31e4-1288-4c1f-868b-ed70aef297c

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2019)



Exercício de 2019

A) QUADRO PRINCIPAL

CONSOLIDADO

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
TOTAL		22.528.882,41	21.601.615,49	TOTAL PASSIVO		45.835.657,41	8.297.623,94
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-23.306.775,00	13.303.991,55				
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00				
PATRIMÔNIO SOCIAL		0,00	0,00				
PATRIMÔNIO SOCIAL		0,00	0,00				
RESULTADOS ACUMULADOS		-23.306.775,00	13.303.991,55				
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		-23.306.775,00	13.303.991,55				
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	-36.610.766,55	138.516,97				
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	13.350.050,40	13.211.533,41				
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	-46.058,85	-46.058,85				
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-23.306.775,00	13.303.991,55				
TOTAL		22.528.882,41	21.601.615,49				

Documento Assinado Digitalmente por: MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO, EDER MARCONE VIEIRA
 Acesso em: https://clic.pec.pe.gov.br/emp/vai/validaDoc.aspx?CodigoDocumento: b66a3de4-1288-4e1f-868b-cd20af42397c

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA
BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro(31/12/2019)



Exercício de 2019

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO FINANCEIRO	2.800.225,30	5.153.252,06	PASSIVO FINANCEIRO (7.118.792,53)+ Restos não Processado(39.792,03)	7.158.584,56	8.525.279,74
ATIVO PERMANENTE	19.728.657,11	16.448.363,43	PASSIVO PERMANENTE	38.716.864,88	251.904,92
			SALDO PATRIMONIAL	-23.346.567,03	12.824.430,83

MATHEUS EMIDIO DE BARROS CALADO
PREFEITO MUNICIPAL
093.940.664-03

Documento Assinado Digitalmente por: MATHEUS EMIDIO DE BARROS CALADO, EDER MARCONE VIEIRA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: b66a3de4-1288-4e1f-868b-cd20af42397c

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2019)



Exercício de 2019

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
COMPENSAÇÕES		0,00	0,00	COMPENSAÇÕES		52.134,02	0,00
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS		0,00	0,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS		0,00	0,00
INSTRUMENTOS CONGÊNERES				INSTRUMENTOS CONGÊNERES			
TOTAL		0,00	0,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		52.134,02	0,00
				TOTAL		52.134,02	0,00

 MATHEUS EMIDIO DE BARROS CALADO
 PREFEITO MUNICIPAL
 093.940.664-03

Usuário: EDER MARCONE VIEIRA

Documento Assinado Digitalmente por: MATHEUS EMIDIO DE BARROS CALADO, EDER MARCONE VIEIRA
 Acesse em: <https://etec.tgo-pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: b66a3de4-1288-4e1f-868b-cd20af42397c



QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURAÇÃO NO BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EXERCÍCIO 2019			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 8211XXXX)	Nota	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00 RECURSOS ORDINARIOS (ORDINÁRIO)		-2.577.740,47	-2.682.939,53
100 GERAL TOTAL		-127.013,11	20035,99
110 GERAL		-1.845.791,44	-143709,64
111 REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		180.144,51	312.477,63
200 EDUCAÇÃO		-191.525,43	3.366.963,45
250 EDUCAÇÃO-FUNDEF		143.729,65	4.461,76
310 SAÚDE-GERAL		-433.301,45	-2093097,74
311 SAÚDE-REMUNERAÇÃO APLICAÇÕES FINANCEIRAS		5.744,90	28.910,93
500 ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	361,41
510 ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		-289.524,83	-402592,93
511 ASSISTÊNCIA SOCIAL-REMUN.APLIC.FINANC.		93,21	69,37
600 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		130.908,18	18,00
610 RPPS-CONTRIBUIÇÕES		-151.204,66	-173096,4
611 RPPS-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL		0,00	11.825,52
01 TRANSFERENCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (ORDINÁRIO)		4.979,07	12.602,84
001 Ordinário		4.979,07	12.602,84
12 RECURSOS DESTINADOS A MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (ORDINÁRIO)		-672.301,53	-775.638,23
100 GERAL TOTAL		-19.782,94	-41.088,48
200 EDUCAÇÃO		-24.642,28	-127.081,91
220 ENSINO FUNDAMENTAL		-137.159,48	-317.468,19
251 EDUCAÇÃO-FUNDEF-MAGISTÉRIO		-300.425,06	-289.999,65
252 EDUCAÇÃO-FUNDEF-OUTROS		-190.291,77	0
13 CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO (VINCULADO)		-5.000,00	0
200 EDUCAÇÃO		-5.000,00	0
54 CONTRIBUICOES PROVIDENCIARIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL (ORDINÁRIO)		-912.376,30	50.452,75
110 GERAL		-92.875,85	0
220 ENSINO FUNDAMENTAL		-75.107,34	0
251 EDUCAÇÃO-FUNDEF-MAGISTÉRIO		-182.087,39	0
252 EDUCAÇÃO-FUNDEF-OUTROS		-127.452,41	0
310 SAÚDE-GERAL		-331.279,85	0
510 ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		-103.573,46	0
56 CONTRIBUICAO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PUBLICO (ORDINÁRIO)		6.743,79	50.452,75
610 RPPS-CONTRIBUIÇÕES		6.743,79	50.452,75
69 CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PUBLICO (ORDINÁRIO)		-135.643,34	0
251 EDUCAÇÃO-FUNDEF-MAGISTÉRIO		-40.580,42	0
252 EDUCAÇÃO-FUNDEF-OUTROS		-68.418,24	0
310 SAÚDE-GERAL		-26.403,64	0
510 ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		-241,04	0
81 RECURSOS DE CONVENIOS (ORDINÁRIO)		-68.017,53	0
110 GERAL		133,18	0
200 EDUCAÇÃO		51.050,79	0
251 EDUCAÇÃO-FUNDEF-MAGISTÉRIO		18.041,00	0
310 SAÚDE-GERAL		-134.424,50	0
510 ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		-2.818,00	0
86 OUTRAS RECEITAS ORIGINARIAS (ORDINÁRIO)		997,05	-39.519,21
200 EDUCAÇÃO		997,05	-39.519,21
TOTAL		-4.358.359,26	-3.372.027,68
Matheus Emídio de Barros Calado PREFEITO CPF 093.940.664-03		EDER MARCONE VIEIRA CONTADOR CPF 042.014.874-40	



Documento Assinado Digitalmente por: MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO, EDER MARCONE VIEIRA
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: b66a3de4-1288-4c1f-868b-cd20af42397c



Balanço Patrimonial Notas Explicativas

Anexo 14 da Lei Federal 4.320/64

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO – PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA - PE



APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município (DCON) contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanços Patrimoniais Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil E-Pública, como nas respectivas Notas Explicativas. Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 – Contabilização de retenções; 12 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo X, XI, XII, XIII, XIV e XV da Resolução TCE-PE nº 67, de 04 de dezembro de 2019 bem como foram criados “novos”





demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida flutuante (Anexo XVI) e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Analisando os resultados de 2019, observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram R\$ 24.037.381,55. Esse valor representa 78,06% do total de receitas previstas para o exercício (R\$ 27.800.000,00). Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida), houve empenhamento na ordem de R\$ 26.726.443,26, liquidação de R\$ 26.717.151,26 e pagamentos na ordem de R\$ 24.836.680,79. Desta forma, o resultado da execução orçamentária (arrecadado menos valor empenhado) ao final do exercício de 2019 foi de R\$ 2.689.061,71.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes a DCON.

MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO

Prefeito

Documento Assinado Digitalmente por: MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO, EDER MARCONI VIEIRA
Assinse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/app/validarDocumento>
Código do documento: b66a3de4-1288-4c1f-868b-cd20af42397c





a) Informações Gerais:

Nome do órgão ou entidade: Prefeitura Municipal de Terezinha – PE (PMT)
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
CNPJ: 11.286.366/0001-95
Domicílio do órgão ou entidade: Avenida Getúlio Vargas, S/N – CEP: 55305-000. CODIGO DO MUNICÍPIO: 2615102
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: A Prefeitura Municipal de Terezinha concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 6.737 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 0,6. Durante o exercício de 2019 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 657 de 07 de dezembro de 2018 (LOA para o ano de 2018)
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
Consolidação das demonstrações contábeis: A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, conforme relação a seguir: 1) Câmara Municipal de Vereadores de Terezinha; 2) Prefeitura Municipal de Terezinha; 3) Fundos Municipal de Saúde (FMS); 4) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); 5) Instituto de Previdência Próprio dos Servidores Municipais de Terezinha - PE.
Dados do gestor (Prefeito do Município): Nome: Matheus Emídio de Barros Calado. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2019 a 31/12/2019
Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas: Nome: Eder Marconi Vieira. CRC-PE nº PE-027904/O-8. E-mail: eddervieira@gmail.com
Dados do Secretário de Finanças responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial Prefeitura Municipal: Nome: Eliezer Oliveira de Carvalho. CPF: 765.814.974-87 E-mail: Eliezer_oliveira1@hotmail.com
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: Jordalino Cavalcante Neto. E-mail: jordalinoneto@hotmail.com.
Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: Fiorilli – SCPI
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: www. http://terezinha.pe.gov.br/transparencia





b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 047/2018 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2. Bases de mensuração utilizadas: O balanço patrimonial foi elaborado sobre o regime de competência em atendimento as NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques: Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários: Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2019, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2019, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes





determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão: Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante: As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões: As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado: No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: a) Classificação de ativos: Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares. b) Constituição de provisões: Foi constituída provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 135.712.032,93 e Reversão de Provisões no valor de R\$ 133.227.553,00 conforme Cálculo Atuarial presente na prestação de contas. c) Reconhecimento de variações patrimoniais: Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária. d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades: Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.





C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		5.653.047,64	5.083.687,07
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.797.128,71	5.153.252,06
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		2.797.128,71	5.153.252,06
CONTA ÚNICA	F	2.436.605,13	4.014.711,28
CONTA ÚNICA RPPS	F	154.498,24	107.131,17
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F	205.985,34	391.409,60
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		84.374,26	228.833,67
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		81.634,26	69.468,40
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS	P	14.138,13	0,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS	P	46.796,11	69.468,40
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA		32.760,00	159.168,17
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	F	32.760,00	159.168,17
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		2.788.385,34	2.766.902,04
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		2.788.385,34	2.766.902,04
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	F	-62,14	0,00
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUNICIPAIS	F	1.127.980,54	1.076.534,35
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	F	1.630.467,54	1.039.967,34
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		3.158,73	0,00
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		3.158,73	0,00
APLICAÇÕES EM FUNDAMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	F	3.158,73	0,00

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2019 foram de R\$ 5.653.047,64, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores, investimentos, estoques e despesas (VPD) pagas antecipadamente.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2019 somam R\$ 2.797.128,71. O valor disponível apresentou decréscimo de R\$ 2.356.123,35 em relação ao exercício de 2018 que foi de R\$ 5.153.252,06.

Nota 03) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO: Os crédito tributário a receber contabilizados no ano de 2019, estão discriminados em memória de cálculo a seguir:

INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	
IPTU	R\$ 46.756,11
TLLF	R\$ 14.858,15
TOTAL	R\$ 61.614,26

TOTAL DA PRESCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	
IPTU	R\$ 21.162,52
TLLF	R\$ 3.198,70
TOTAL	R\$ 24.361,22

Nota 4) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

Níveis	Valor	Atributo
Divida Ativa Tributária	R\$ 61.614,26	P
Dívida Ativa não tributária	R\$ 32.760,00	P
Créditos a Receber por reembolso de salário Família pago	R\$ -62,14	F
Créditos Ent. Estaduais, Distritais e Municipais	R\$ 1.127.980,54	P
Outros Créditos a receber	R\$ 1.630.467,54	P
Investimentos e aplicações temporárias a Curto Prazo	R\$ 3.158,73	F
Total	R\$ 2.855.918,93	(P + F)





Nota 5) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO: O valor evidenciado no total do balanço patrimonial em R\$ **3.158,73**, compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 7) ESTOQUE: O saldo do estoque inicial em 31/12/2018 foi de R\$ 0,00 e as incorporações em 2019 somam R\$ 0,00.

ATIVO NÃO CIRCULANTE	16.742.785,14	13.512.927,82
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.707.067,00	2.543.382,61
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	2.707.067,00	2.543.382,61
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P 2.431.760,13	2.272.594,96
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P 151.656,32	147.137,10
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	P 123.650,55	123.650,55
IMOBILIZADO	14.035.718,14	10.969.545,21
BENS MÓVEIS	5.237.486,20	4.496.285,80
BENS DE INFORMÁTICA	P 6.210,00	2.940,00
VEÍCULOS	P 557.190,00	168.990,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P 1.344.033,33	1.342.583,33
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P 2.952.880,97	2.955.776,47
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P 2.600,00	0,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	P 374.571,90	45.996,00
BENS IMÓVEIS	10.306.746,86	7.826.171,50
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P 273.257,96	192.165,23
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P 10.033.488,90	7.634.006,27
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-1.508.514,92	-1.352.912,09
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P -1.508.514,92	-1.352.912,09
TOTAL	22.395.832,78	21.601.615,49

Nota 8) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 16.742.785,14.

Nota 9) CRÉDITOS A LONGO PRAZO: O valor de R\$ 2.707.067,00, corresponde a R\$ 151.656,32 de Dívida Ativa Tributária e R\$ 2.431.760,13 da Dívida Ativa Não Tributária. Até o fechamento do balanço, o setor tributário do município não informou a previsão de perdas da dívida ativa. Sendo assim, adotamos como critério para as provisões para credores de liquidação duvidosa a média de arrecadação dos últimos três exercícios e o percentual de perda real.

Nota 10) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO: O ajuste para perdas foi calculado sobre o percentual de efetividade de arrecadação nos últimos três exercícios, levando em consideração o estoque inicial e final do crédito tributário a receber conforme memória de cálculo a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.707.067,00	2.543.382,61
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		2.707.067,00	2.543.382,61
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	2.431.760,13	2.272.594,96
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	151.656,32	147.137,10
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	P	123.650,55	123.650,55



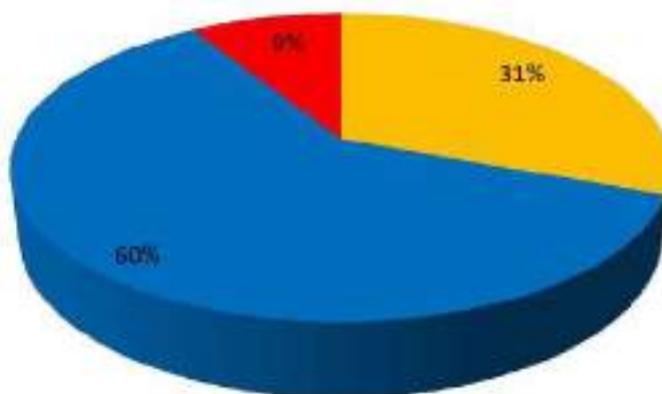
Nota 11) IMOBILIZADO: O valor do imobilizado ao final do exercício de 2018 totalizou R\$ 12.579.188,61. No exercício de 2019 houve a incorporação de novos ativos imobilizados no valor de R\$ 436.612,81, sendo R\$ 345.923,91, de bens móveis e R\$ 90.688,90 de Bens Imóveis. Somando o saldo de 2018 mais as incorporações de 2019 temos o saldo ao final de R\$ 13.015.801,42. O valor da depreciação acumulada dos bens móveis até o período foi de R\$ 0,00 que retifica o ativo imobilizado. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou em tempo as informações relativas ao valor atualizado do imobilizado, bem como a depreciação acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos a administração que tome medidas no sentido de manter as informações do patrimônio atualizadas para compatibilização em tempo da contabilidade. Ver redação alternativa e recomendação para reavaliar os bens imóveis. Não foi realizado teste de imparidade durante o exercício de 2019 em ativos com redução no poder de geração de caixa, bem como não houve reavaliação de ativos.

DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO:

DESCRIÇÃO	DETALHAMENTO	
	VALOR (R\$)	
BENS MÓVEIS	2019	2018
BENS DE INFORMÁTICA	R\$ 6.210,00	R\$ 2.940,00
VEÍCULOS	R\$ 557.190,00	R\$ 168.990,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	R\$ 1.344.033,33	R\$ 1.342.583,33
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	R\$ 2.952.880,97	R\$ 2.935.776,47
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	R\$ 2.600,00	R\$ -
DEMAIS BENS MÓVEIS	R\$ 374.571,90	R\$ 45.996,00
(-)DEPRECIACÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS	-R\$ 1.508.514,92	-R\$ 1.352.912,09
SUBTOTAL	R\$ 3.728.971,28	R\$ 3.143.373,71
BENS IMÓVEIS	VALOR (R\$)	
	2019	2018
Bens imóveis em andamento	273.257,96	192.165,23
Demais bens imóveis	10.033.488,90	7.634.006,27
SUBTOTAL	10.306.746,86	7.826.171,50
TOTAL GERAL IMOBILIZADO(B. MÓVEIS + B. IMÓVEIS)=	14.035.718,14	10.969.545,21

DEMONSTRATIVO GRÁFICOS DO IMOBILIZADO

■ MÓVEIS ■ IMÓVEIS ■ DEPRECIACÕES MÓVEIS



Nota 12) INTANGÍVEL: Os valores registrados no ativo intangível relativo a softwares utilizados nos equipamentos de informática da entidade totalizam R\$ 0,00. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas a amortização acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de controlar em tempo real os bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis





PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO-CIRCULANTE		6.905.461,66	7.665.984,03
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		2.490.803,32	3.422.392,03
PESSOAL A PAGAR		590.312,43	555.332,72
PESSOAL A PAGAR	F	590.312,43	555.332,72
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		115.874,16	117.495,96
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	F	115.874,16	117.495,96
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		1.784.649,73	2.091.433,08
CONTRIBUIÇÕES ADICIONAIS A PAGAR	F	245.201,39	1.399.347,62
CONTRIBUIÇÕES ADICIONAIS A PAGAR	F	1.505.262,28	1.893.251,28
DTDS	F	15.824,97	15.824,97
OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F	20.301,13	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		558.683,55	975.317,01
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		558.683,55	975.317,01
FORNECEDORES NACIONAIS	F	547.453,52	974.397,01
CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	9.150,03	970,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR ESTRANGEIROS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
FORNECEDORES ESTRANGEIROS A CURTO PRAZO	F	1.202,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	81,12
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		0,00	81,12
OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RECOLHER	F	0,00	81,12
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		3.855.974,79	3.309.189,09
VALORES RESTITUÍVEIS		3.855.974,79	3.309.189,09
CONSIGNAÇÕES	F	3.650.510,46	5.291.908,07
DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	F	13.050,53	15.690,22
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	F	192.413,80	44.224,79

Nota 13) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2019 foram de R\$ 6.905.461,66.

Nota 14) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar foi de R\$ 2.490.803,32.

Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":



NÍVEIS	Valor	Atributo
PESSOAL A PAGAR	R\$ 590.312,43	F
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	R\$ 1.784.649,73	F
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	R\$ 115.874,16	F
SUBTOTAL	R\$ 2.490.803,32	

Nota 15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO): Corresponde as dívidas decorrentes de operações de crédito cujas parcelas tem vencimento até 31/12/2019. Não houve registro de empréstimos e financiamentos a curto prazo.

Nota 16) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO: Ao final do exercício de 2019 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 558.683,55 relativo a fornecedores e contas a pagar. O exercício anterior que foi de R\$ 975.317,01.

Nota 17) PROVISÕES A CURTO PRAZO: Não foi constituída provisão a curto prazo:

Nota 18) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: As demais obrigações a curto prazo são compostas pelas consignações R\$ 3.650.510,46, depósitos não judiciais de R\$ 13.050,53 e outros valores restituíveis de R\$ 192.413,80 que totalizaram o valor de R\$ 3.855.974,79. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.





PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	38.583.815,25	251.904,92
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	0,00	45.257,19
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00	45.257,19
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	P 0,00	45.257,19
PROVISÕES A LONGO PRAZO	38.583.815,25	206.647,73
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	38.583.815,25	206.647,73
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	P 22.823.189,15	10.255.564,28
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	P 15.760.626,10	10.501.807,99
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	P 0,00	-22.832.821,58
PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	P 0,00	2.282.037,04

Nota 19) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final de 2019 somam **R\$ 38.583.815,25** decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

Nota 20) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO: O montante de R\$ 0,00 compreende os Parcelamentos existentes relativos ao PASEP, INSS e PRECATÓRIOS.

Nota 21) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO): O valor evidenciado nos empréstimos e financiamentos de longo prazo foi de R\$ 0,00.

Nota 22) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (LONGO PRAZO): Ao final do exercício de 2019 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 0,00 relativo a fornecedores e contas a pagar.

Nota 23) PROVISÕES A LONGO PRAZO: As provisões totalizaram **R\$ 38.583.815,25** são relativas as Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS. Conforme tabela seguir:

PREVISÕES A LONGO PRAZO		ATRIBUTOS
PLANO PREVIDENCIÁRIO – CONCEDIDOS	R\$ 22.823.189,15	P
PLANO PREVIDENCIÁRIO – A CONCEDER	R\$ 15.760.626,10	P
TOTAIS	R\$ 38.583.815,25	

TIPO/CLASSE DA PROVISÃO: PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	VALOR (R\$)
a.1) valor contábil do início do período.	R\$ 206.647,73
a.2) valor contábil do final do período.	R\$ 38.583.815,25
b) provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes.	R\$ 0,00
c) valores utilizados (incorridos e baixados contra a provisão) durante o período.	R\$ 0,00
d) valores não utilizados revertidos durante o período.	R\$ 0,00
e) o aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto.	R\$ 0,00
f) indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas.	R\$ 0,00
g) valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.	R\$ 0,00





MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:
 CONTEXTUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:



FUTURA TECNOLOGIA
 Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
 CNPJ: 12.658.085/0001-89
 Rua Nilson Sabine Pinho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
 Olinda-PE – CEP 53.050-010

3003-0649

suporte@futura-tec.br

6 – RESULTADOS OBTIDOS

A Folha de Remuneração dos Servidores em Atividade é de R\$ 275.521,94.

Responsabilidade Atuarial antes da Compensação Previdenciária

Resultados	Responsabilidade Atuarial (R\$)
Riscos Expirados (A)	24.183.922,31
- Benefícios Concedidos	22.823.189,15
- Benefícios a Conceder (1)	1.360.733,16
Riscos Não Expirados (B) (1)	18.400.133,30
Total da Responsabilidade (A + B)	42.584.055,61
Ativo do Plano (AP)	114.425,14
Créditos a Receber (AP)	0,00
Déficit Atuarial (AP - A - B)	(42.469.630,47)
Reserva de Contingência	0,00
Reserva para ajustes do plano	0,00

(1) Totalizam a Reserva de Benefícios a Conceder (pág 20)

Os valores da Responsabilidade Atuarial consideram as contribuições futuras dos servidores.

Compensação Previdenciária e Custo Especial

Responsabilidade Atuarial	Valor em R\$	Custo Especial
Total (+)	42.584.055,61	1,00%
A Pagar (+)	0,00	N / A
A Receber referente aos Ativos (-)	4.000.240,36	N / A
A Receber referente aos Inativos (-)	0,00	N / A
Prefeitura	38.583.815,25	1,00%

* em percentagem da folha de remuneração dos servidores em atividade.

Obs. 1: A Compensação Previdenciária a receber é a estimativa relativa à parte da Responsabilidade Atuarial concernente ao período de trabalho em que o servidor esteve vinculado ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social ou outros RPPS – Regimes Próprios de Previdência Social e durante o qual contribuiu visando o recebimento de um benefício previdenciário. Da mesma forma, a Compensação Previdenciária a pagar é relativa aos Servidores que contribuíram ao RPPS deste estudo e migraram para o RGPS ou outros RPPS.

Obs. 2: Portanto, ocorrendo as compensações temos que a Responsabilidade Atuarial do Município passa de R\$ 42.584.055,61 para R\$ 38.583.815,25. O Custo Especial não baixa devido ao escalonamento de alíquotas realizado para a amortização do déficit atuarial.

Obs. 3: A Compensação Previdenciária referente aos Benefícios Concedidos foi calculada na forma da Lei nº 9.796 de 05 de maio de 1999, estimada em função da média compensada entre os Servidores em Atividade, que possuem dados de todo o período de contribuição, e, com base no valor mensal remanescente dentre os benefícios concedidos, a Reserva Matemática foi reduzida proporcionalmente.





FUTURA TECNOLOGIA
 Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
 CNPJ: 12.658.085/0001-89
 Rua Nilson Sabino Pinho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
 Olinda-PE – CEP 53.050-010

3003-0649

suporte@futura-tec.org.br

6 – RESULTADOS OBTIDOS

A Folha de Remuneração dos Servidores em Atividade é de R\$ 275.521,94.

Responsabilidade Atuarial após Compensação Previdenciária

Resultados	Responsabilidade Atuarial (R\$)
Riscos Expirados (A)	23.546.425,81
- Benefícios Concedidos	22.823.189,15
- Benefícios a Conceder *	723.237,66
Riscos Não Expirados (B) *	15.037.388,44
Total da Responsabilidade (A + B)	38.583.815,25
Ativo do Plano (AP)	114.425,14
Créditos a Receber (AP)	0,00
Déficit Atuarial (AP - A - B)	(38.469.390,11)
Reserva de Contingência	0,00
Reserva para ajustes do plano	0,00

* Totalizam a Reserva de Benefícios a Conceder

Os valores da Responsabilidade Atuarial consideram as contribuições futuras dos servidores.

Custo Mensal (em % da Folha Remuneratória dos Servidores em Atividade)

Benefício	Custo (% da Folha)	
	Sem Compensação	Com Compensação
Aposentadorias (AID, ATC e COM)	19,90%	19,90%
Aposentadorias por Invalidez	2,28%	2,28%
Pensão por Morte de Ativo	3,08%	3,08%
Pensão por Morte de Aposentado	2,37%	2,37%
Pensão por Morte Ap. por Invalidez	0,28%	0,28%
Auxílio Doença **	0,55%	0,55%
Salário Maternidade **	0,13%	0,13%
Auxílio Reclusão **	0,01%	0,01%
Salário Família **	0,31%	0,31%
Taxa Administrativa	2,00%	2,00%
Sub Total - Custo Normal com Taxa Administrativa	32,91%	32,91%
Ajuste Alíquota ****	0,09%	0,09%
Total - Custo Normal com Taxa Administrativa	33,00%	33,00%
Custo Especial (Suplementar) ***	1,00%	1,00%
Custo Total	34,00%	34,00%

Plano de Custeio conforme Certificado do DRAA

CAP - Regime de Capitalização	22,55%
RCC - Regime de Capitais de Cobertura	7,36%
RS - Regime de Repartição Simples	1,00%

** Custos determinados em função da responsabilidade dos titulares. Quando a taxa não tenha sido baseada observação, refere-se a expectativa para o próximo exercício.

*** Não houve estrutura de compensação, não havendo o Custo Especial, pois o déficit está sendo amortizado em plano de alíquotas escalonadas e crescentes.

**** A alíquota máxima do Fidejussor Federal deve ser de 11% devida à parcela prevista na legislação específica (Art. 2º da Lei 9.717/98 e Art. 4º da Lei 10.887/2004).





FUTURA TECNOLOGIA
Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
 CNPJ: 12.658.085/0001-89
 Rua Nilson Sabino Pieho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
 Olinda-PE – CEP 53.050-010

3003-0649

suporte@futurapec.srv.br

6 – RESULTADOS OBTIDOS

Colocamos abaixo a tabela com o plano de amortização vigente e o valor atual utilizado para composição do resultado demonstrado na próxima página.

Valor Atual das Contribuições Especiais Futuras	0,00
Folha Salarial Mensal na Data da Avaliação (Base de Cálculo)	275.521,94
Pagamentos das Contribuições	Postecipado
Taxa anual de desconto	6,00%

Tempo após Base	Alíquotas Vigentes	Base de Cálculo	Contribuições Anuais	Valor Atual
1	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
2	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
3	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
4	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
5	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
6	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
7	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
8	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
9	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
10	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
11	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
12	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
13	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
14	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
15	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
16	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
17	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
18	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
19	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
20	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
21	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
22	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
23	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
24	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
25	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
26	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
27	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
28	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
29	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
30	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
31	0,00%	3.581.785,22	0,00	0,00
32	0,00%	3.581.785,22		
33	0,00%	3.581.785,22		
34	0,00%	3.581.785,22		
35	0,00%	3.581.785,22		

Não há plano de amortização definido em lei.





FUTURA TECNOLOGIA
Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
 CNPJ: 12.658.085/0001-89
 Rua Nilson Sabino Pieho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
 Olinda-PE – CEP 53.050-010

3003-0649

suporte@futuraTec.srv.br

6 – RESULTADOS OBTIDOS

Colocamos abaixo a contabilização das Reservas Matemáticas.

1.0.00.0.00.00	ATIVO	114.425,14
1.1.1.1.1.06.01	Bancos Conta Movimento – RPPS (+)	100.462,27
1.1.4.0.0.00.00	Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo (+)	0,00
1.2.1.1.1.01.71	Créditos a Longo Prazo (+) (parcelamento)	0,00
1.2.2.3.0.00.00	Investimentos do RPPS de Longo Prazo (+)	12.686,14
1.1.2.1.1.71.00	Créditos a Curto Prazo (+) (parcelamento)	0,00
1.2.3.0.0.00.00	Imobilizado (+)	1.276,73
2.2.7.2.0.00.00	PROVISAO MATEMATICA PREVIDENCIARIA A LONGO PRAZO	38.563.615,25
2.2.7.2.1.03.00	PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS	22.823.189,15
2.2.7.2.1.03.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário (+)	22.823.189,15
2.2.7.2.1.03.02	Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS (-)	0,00
2.2.7.2.1.03.03	Contribuições do Aposentado para o Plano Previdenciário do RPPS (-)	0,00
2.2.7.2.1.03.04	Contribuições do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS (-)	0,00
2.2.7.2.1.03.05	Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS (-)	0,00
2.2.7.2.1.04.00	PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES PARA BENEFICIOS A CONCEDER	15.760.626,10
2.2.7.2.1.04.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário (+)	26.255.855,72
2.2.7.2.1.04.02	Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS (-)	-4.323.914,90
2.2.7.2.1.04.03	Contribuições do Servidor Ativo para o Plano Previdenciário do RPPS (-)	-2.171.074,36
2.2.7.2.1.04.04	Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS (-)	-4.000.240,36
2.2.7.2.1.05.00	PLANO PREVIDENCIARIO - PLANO DE AMORTIZACAO	0,00
2.2.7.2.1.05.98	Outros Créditos do Plano de Amortização (-)	0,00
2.2.7.2.1.07.00	PROVISOES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIARIO	0,00
2.2.7.2.1.07.01	Ajuste de Resultado Atuarial Superavtário (+)	0,00
2.2.7.2.1.07.02	Provisão Atuarial para Oscilação de Riscos (+)	0,00
2.2.7.2.1.07.03	Provisão Atuarial para Benefícios a Regularizar (+)	0,00
2.2.7.2.1.07.04	Provisão Atuarial para Contingências de Benefícios (+)	0,00
2.2.7.2.1.07.99	Outras Provisões Atuariais para Ajustes do Plano (+)	0,00
DEFCIT		-38.469.390,11

Obs.: o déficit demonstrado acima considera que o plano de amortização do déficit vigente está, e continuará sendo cumprido. Teoricamente, como o valor anual do plano de amortização foi definido em avaliação anterior para gerar um equilíbrio, o valor deficitário demonstra que a evolução do plano no período desde a última avaliação gerou uma nova falta na relação ativo-passivo.



FUTURA TECNOLOGIA
Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
CNPJ: 12.658.085/0001-89
Rua Nilson Sabino Pleho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
Olinda-PE – CEP 53.050-010

3003-0649

suporte@futurapec.org.br

7 – DESTAQUES

Características do Plano (pág. 2)

Uma "Reforma Previdenciária", no que diz respeito à inclusão de tempo de contribuição, prazo mínimo de permanência no funcionalismo e de permanência no cargo, traz um fôlego a todo e qualquer Plano, pois permite um maior prazo de capitalização antes de, efetivamente, começar o pagamento de benefícios.

Base Atuarial (pág. 4)

O Atuário, ao fixar a base atuarial, tanto o método atuarial de Custo, quanto as hipóteses atuariais, tem o objetivo de manter o *Custo Mensal* do Plano, quando se compara este à folha remuneratória envolvida, com pouca variação.

É claro que isto depende de uma série de fatores que, individualmente, produzem um impacto sobre o *Custo Mensal* de maneiras bem diferentes entre si, mas, quando combinados, é que nos informarão o comportamento real do *Custo Mensal*.

Quaisquer desvios detectados na reavaliação atuarial seguinte devem ser analisados, de forma a sabermos se tal desvio é significativo e qual foi o impacto produzido por ele sobre o Custo do Plano.

Distribuições da Massa de Servidores (pág. 15)

Estas informações nos ajudam a entender qual deverá ser o provável comportamento do Custo ao longo dos anos. Devemos ter em mente que as variáveis que impactam significativamente sobre o *Custo Mensal* são: a idade, a remuneração e o tempo de contribuição.

• Distribuição por Faixa Remuneratória (pág. 15)

Neste caso, podemos ver que a maioria dos servidores (83,6%) está na faixa de até 3 Salários Mínimos, e que estes possuem uma idade média de 51,5 anos. Como a média da idade de aposentadoria é de 60,2 anos, temos um prazo de capitalização, em média, de 8,8 anos, que impacta no Custo de forma a mantê-lo em níveis mais altos.

• Distribuição por Faixa Etária (pág. 16)

Neste caso, vemos que 52,7% dos servidores têm entre 30 e 50 anos de idade (média de 44,5 anos). Se esta distribuição etária concentrasse a maior parte dos Servidores na faixa de até 30 anos, o impacto seria de "empurrar" o Custo para baixo.

• Distribuição por Tempo de Contribuição (pág. 17)

Neste caso, vemos que 89,7% dos servidores têm até 8 anos de Contribuição anterior ao início do RPPS, com uma média de 4,5 anos. Portanto, temos a maioria dos Servidores que estariam distantes da aposentadoria, impactando de forma a reduzir o Custo. A alta idade média do grupo inverte a tendência.

27





FUTURA TECNOLOGIA
Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
CNPJ: 12.658.085/0001-89
Rua Nilson Sabine Pinho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
Olinda-PE – CEP 53.050-010

3003-0649

suporte@futura3tec.org.br

7 – DESTAQUES

- **Alterações no arquivo de dados**

A responsabilidade pela base de dados é do RPPS e do Município. Realizamos testes de consistências, mas não garantimos que todos os erros foram detectados devido a suas características. A falta de dados ou a sua inconsistência não impede a realização da avaliação atuarial, pois são realizadas correções por estimativas. Tanto as inconsistências quanto as correções, se observadas, constam do DRAA enviado ao Ministério.

- **Distribuição Responsabilidade Atuarial por Tempo para Aposentadoria (pág. 20)**

Estas informações nos indicam como está distribuída a Responsabilidade Atuarial do Plano em relação aos servidores em atividade. O fato de a maioria (45,9%) estar a um prazo distante da aposentadoria, acima de 10 anos, impacta sobre o Custo de forma a diminuí-lo. Note que 6,2% dos Servidores (9 do total de 146) são responsáveis por 6,9% da Responsabilidade Atuarial dos Benefícios a Conceder (R\$ 1.360.733,16 do total de R\$ 19.760.866,46) e poderão se aposentar no período de doze meses a partir deste estado.

Tais valores já estão embutidos no valor apresentado a título de Custo Mensal do Plano (veja página 22 e 23). O valor do patrimônio (R\$ 114.425,14) é considerado no cálculo do Custo Mensal e auxilia para o custo ser menor, pois diminui o valor do Déficit Atuarial.

A Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (R\$ 22.823.189,15) também contribui para a formação do percentual do Custo Especial (página 22), pois, somada à Reserva de Benefícios a Conceder, forma o compromisso do Plano. Do valor apresentado foi descontado o valor atual da compensação previdenciária.

- **Resultados Obtidos (págs. 22 e 23)**

Os resultados obtidos indicam um *Custo Mensal* equivalente a 34,00%, incluindo os gastos administrativos, da respectiva Folha de Remuneração (R\$ 275.521,94) dos Servidores em atividade.





FUTURA TECNOLOGIA
Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
CNPJ: 12.656.085/0001-89
Rua Nilson Sabino Pleho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
Olinda-PE – CEP 53.050-010

3003-0649

suporte@futurapec.org.br

7 – DESTAQUES

Compensação Previdenciária (págs. 22 e 23)

Significa a divisão da Responsabilidade Atuarial em duas partes. Uma relativa ao período de tempo de serviço em que o Servidor estava sob o RGPS – Regime Geral de Previdência Social (INSS) ou outros RPPS – Regimes Próprios de Previdência Social e a outra parcela relativa ao período de serviço sob o Regime de Previdência Municipal. Esta proporção, entre o tempo de contribuição para os outros Regimes e o tempo total de contribuição até a data de aposentadoria, é estimada para os Servidores Ativos considerando-se o tempo de contribuição efetivamente realizado, informado pelo Município.

A informação sobre o tempo de contribuição provoca um impacto sobre o custo do plano de forma a diminuí-lo, pois a maioria dos servidores possui pouco tempo de contribuição a outros regimes de Previdência Social. Este fato eleva a idade média de aposentadoria do grupo, contribuindo, também, para que o custo apresentado a seguir seja menor, pois, quanto maior a idade de aposentadoria, menor será a expectativa de sobrevivência do servidor enquanto aposentado, diminuindo a Responsabilidade Atuarial.

Em razão de a Compensação Previdenciária ser baseada na Lei nº 9.796 de 05 de maio de 1999, na qual é apresentada a forma pela qual será feita tal compensação, reduzimos o valor da Reserva Matemática de Benefícios Concedidos, pois possuímos dados suficientes para calcular o tempo de contribuição ao Regime de Origem. Assim que o Instituto iniciar o pagamento de novas aposentadorias e pensões, deverá entrar com o processo de Compensação Previdenciária.

Não houve redução da alíquota devido ao plano de amortização do déficit atuarial, planejado em escalonamento de alíquotas crescentes.

Contribuição dos Inativos

Os Servidores Ativos contribuem para o Instituto de Previdência. Os Servidores Inativos e Pensionistas, quando do recebimento de um Benefício do Plano Previdenciário, contribuirão com um percentual de 11%, de acordo com as regras das Emendas Constitucionais nº 41 e 47.

Observação: O percentual de contribuição determinado nesta avaliação atuarial e apresentado no Parecer (última página), somente é aplicado sobre a Folha de Remuneração dos Servidores Ativos. O percentual a ser pago pelos Servidores Inativos e Pensionistas é cobrado diretamente pelo Instituto, descontado na Folha de Benefícios.





FUTURA TECNOLOGIA
Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
CNPJ: 12.656.085/0001-89
Rua Nilson Sabino Pieho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
Olinda-PE – CEP 53.050-010

3003-0649

suporte@futurapec.org.br

7 – DESTAQUES

Prazo para Amortização do Custo Especial

De acordo com as Normas de Atuária, previstas na legislação específica, deve-se estabelecer um prazo, não superior a 35 anos, para amortizar as Reservas correspondentes a compromissos especiais;

Temos dois Compromissos Especiais a serem amortizados. Estes estão relacionados à:

- Reserva de Benefícios Concedidos;
- Reserva de Benefícios a Conceder.

Estes Compromissos Especiais são determinados considerando-se o valor existente a título de Patrimônio Líquido na data desta Avaliação.

Reserva de Benefícios Concedidos e Reserva de Benefícios a Conceder (Benefícios Expirados)

De maneira geral, a Reserva de Benefícios Concedidos deve, para manter o equilíbrio entre receitas (a prestação da amortização propriamente dita) e despesas (pagamento da Folha de Benefícios), ser amortizada em um prazo que, além de atender ao disposto nas Normas de Atuária, obrigatoriamente, deve ser suficiente para pagar a Folha de Benefícios em vigor. Caso isto não ocorra, ou seja, o valor da prestação que amortiza a Reserva de Benefícios Concedidos a descoberto seja menor do que a Folha de Benefícios implica a descapitalização do Patrimônio Líquido do Plano, uma vez que as contribuições vertidas mensalmente, pelos Servidores e pelo Município, estariam sendo usadas, em parte, para cobrir a diferença entre a Folha de Benefícios e o valor da prestação acima mencionada.

Isto posto, a Reserva de Benefícios Concedidos a Descoberto deve ser amortizada em um prazo que ainda fielmente ao exposto no parágrafo anterior. Portanto, no caso deste Instituto, este prazo é de 20,54 anos, na data desta avaliação, gerando um Custo Especial equivalente a 58,55% da Folha de Remuneração dos Servidores em Atividade. Note que não há redução da alíquota quando consideramos a Compensação Previdenciária, pois a folha de pagamentos de aposentados e pensionistas, somada a folha salarial dos servidores na iminência da aposentadoria, determina o custo.

Reserva de Benefícios a Conceder (Benefícios Não Expirados)

No caso da Reserva de Benefícios a Conceder, o Compromisso Especial deve ser determinado, considerando-se integralmente o valor do Patrimônio Líquido existente na data da avaliação e, também, deve ser amortizado em um prazo não superior à diferença existente entre a idade média do grupo de servidores em atividade e a idade média de aposentadoria destes mesmos servidores. Assim, quando das respectivas aposentadorias, o valor do Patrimônio Líquido deverá ser o suficiente para arcar com o pagamento de todos os benefícios existentes. Portanto, com base no exposto acima, concluímos que a Reserva de Benefícios a Conceder a Descoberto deverá ser amortizada em um prazo não superior a 9 anos, acarretando em um Custo Especial equivalente a 70,81% da Folha de Remuneração dos Servidores em Atividade.

Portanto, o Custo Especial Total mensal é equivalente a 129,36% da Folha de Remuneração dos Servidores em Atividade. Note que 58,55% são referentes às folhas dos inativos e dos iminentes.

30





FUTURA TECNOLOGIA
Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
CNPJ: 12.658.085/0001-89
Rua Nilson Sabino Pleho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
Olinda-PE – CEP 53.050-010

3083-0649

suporte@futurapec.org.br

7 – DESTAQUES

Escalonamento para Amortização do Custo Especial

Apesar do que colocamos na página anterior, sobre amortizar o Custo Especial em um prazo menor, a alíquota calculada é muito alta e inviabilizaria a manutenção do Regime Próprio, pois o Município teria dificuldades em manter suas contribuições no nível apresentado.

Como a folha de benefícios já representa 55,34% da folha de servidores em atividade, base para definição de todos os percentuais apresentados neste relatório, temos que a administração do fundo estará alocando os recursos das futuras aposentadorias para pagar a folha de pagamentos dos atuais benefícios, pois a alíquota do Custo Especial é menor. Por isso recomendamos que o Município repasse o maior volume de recursos possível para o Regime Próprio e que os recursos sejam aplicados de forma que a rentabilidade seja significativamente superior à hipótese formulada (6,00% a.a. mais a inflação, medida pelo índice previsto na Política de Investimentos) para cobrir parte do déficit demonstrado.

O escalonamento realizado, apresentado a seguir, deve ser rigorosamente aplicado para que o Custo Especial seja amortizado. As hipóteses são as mesmas da avaliação atuarial, inclusive utilizando o crescimento da folha de pagamentos dos servidores em atividade.

A comprovação de que as alíquotas sugeridas são suficientes para amortizar o Custo Especial se dá pelo processo de se atualizar a dívida para o final do período, juntamente com as contribuições efetuadas no ano corrente, aplicando-se a hipótese de rentabilidade de 6% a.a., tomando o saldo decrescente até atingir a nulidade ao final do prazo estipulado de 35 anos, máximo previsto na legislação.

A dívida é caracterizada pelas reservas matemáticas a descoberto, descontadas ou acrescidas, da compensação financeira estimada, ou calculada, demonstrada nas páginas 22 e 23.

Devido à rentabilidade do plano e possíveis mudanças no cenário apresentado neste relatório, a alíquota poderá ser diferente no próximo estudo, porém, recomendamos que seja aplicada a tabela a seguir para que se tenha a garantia de que os benefícios futuros não tenham suas reservas financeiras prejudicadas.

A alíquota inicial proporciona que a alíquota total fique em patamar aceitável para a manutenção do Regime Próprio e foi definida em 1,00% sobre a folha salarial de Servidores em Atividade.

Nota-se a amortização do déficit em sua totalidade ao final do prazo de 35 anos. **Cabe ao Ente demonstrar a capacidade orçamentária para cumprir o plano proposto ou implementar outra solução.**

31





FUTURA TECNOLOGIA
Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
 CNPJ: 12.658.085/0001-89
 Rua Nilson Sabino Pleho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
 Olinda-PE – CEP 53.050-010

3003-0649

suporte@futura-tec.br

7 – DESTAQUES

Escalonamento para Amortização do Custo Especial (cont.)

Colocamos abaixo a tabela com as alíquotas, as contribuições e a evolução do saldo a ser amortizado. As alíquotas, ou os valores anuais, deverão constar na legislação de forma a serem aplicados no futuro. O plano deve ser mantido quando há superávit pela sua aplicação, conforme página 25, e vice-versa. Valor negativo a amortizar significa que o déficit atuarial está sendo quitado antes do prazo definido.

Folha de Pagamento dos Servidores em Atividade (anual)	3.581.785,22
Pagamentos das Contribuições	Antecipado
Taxa anual de desconto	6,00%

Ano de amortização	Alíquota	Pagamentos anuais	Juros	A Amortizar	Base de Cálculo
0				38.468.393,11	3.581.785,22
1	1,00%	35.817,85	2.306.014,34	40.739.585,50	3.617.603,07
2	1,00%	38.176,03	2.442.204,63	43.145.615,20	3.653.778,10
3	1,00%	36.537,79	2.596.544,64	45.695.622,05	3.690.316,89
4	6,84%	252.446,66	2.726.580,52	48.169.765,91	3.727.220,06
5	12,68%	472.670,06	2.891.825,75	50.558.921,90	3.764.482,26
6	18,52%	697.272,68	2.991.686,94	52.853.347,86	3.802.137,19
7	24,36%	928.320,08	3.115.621,67	55.042.649,44	3.840.158,56
8	30,20%	1.159.878,71	3.232.966,24	57.115.736,98	3.878.560,14
9	36,04%	1.399.015,87	3.343.063,27	59.060.784,37	3.917.345,75
10	41,88%	1.640.799,80	3.445.199,07	60.885.183,65	3.956.519,20
11	47,73%	1.889.298,58	3.538.613,04	62.515.497,11	3.996.084,39
12	53,57%	2.140.585,30	3.622.484,71	63.997.405,51	4.036.045,24
13	59,41%	2.397.727,91	3.695.980,72	65.295.659,32	4.076.405,69
14	65,25%	2.659.799,30	3.758.151,60	66.394.011,63	4.117.168,75
15	71,09%	2.928.872,34	3.808.026,36	67.275.167,64	4.158.341,45
16	76,93%	3.199.020,87	3.844.568,81	67.920.715,57	4.199.924,06
17	82,77%	3.475.319,68	3.868.663,75	68.311.059,64	4.241.924,11
18	88,61%	3.758.844,57	3.878.132,90	68.425.347,98	4.284.343,35
19	94,45%	4.046.672,32	3.852.720,54	68.241.395,20	4.327.186,78
20	100,29%	4.339.880,74	3.834.000,93	67.735.608,39	4.370.458,65
21	106,13%	4.639.548,66	3.795.823,46	66.882.881,19	4.414.163,24
22	111,97%	4.942.755,96	3.716.407,51	65.656.532,75	4.458.304,87
23	117,82%	5.252.583,54	3.624.236,95	64.028.186,16	4.502.887,92
24	123,66%	5.569.113,40	3.507.604,37	61.987.677,12	4.547.916,80
25	129,50%	5.889.428,00	3.354.684,91	59.442.943,43	4.593.395,97
26	135,34%	6.218.613,30	3.193.579,81	56.419.909,94	4.639.329,93
27	141,18%	6.549.752,74	2.992.209,43	52.882.986,64	4.685.723,22
28	147,02%	6.889.933,30	2.758.406,00	48.731.839,34	4.732.580,46
29	152,86%	7.234.242,51	2.499.865,81	43.987.452,63	4.779.906,26
30	158,70%	7.585.769,00	2.184.101,02	38.585.784,65	4.827.705,32
31	164,54%	7.943.602,60	1.838.530,92	32.480.712,97	4.875.982,38
32	170,38%	8.307.834,31	1.450.372,72	25.623.251,37	4.924.742,20
33	176,22%	8.679.556,28	1.016.681,71	17.961.378,80	4.973.985,62
34	182,06%	9.055.861,90	534.330,89	9.430.845,79	5.023.728,62
35	187,91%	9.439.845,79	0,00	0,00	

Observação: por uma questão prática, para aplicação da alíquota, mantemos o percentual de acréscimo anual com duas casas decimais. Porém, para demonstrar a evolução da amortização do déficit, que deve atingir a nulidade ao final do prazo, deve-se aplicar a alíquota com todas as casas decimais, causando, eventualmente, diferenças de 0,01 p.p. em módulo.





FUTURA TECNOLOGIA
Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
CNPJ: 12.658.085/0001-89
 Rua Nilson Sabino Pleho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
 Olinda-PE – CEP 53.050-010

3003-0649

suporte@futuratec.org.br

7 – DESTAQUES

Comparação desta avaliação com as últimas três

Estadísticas e Resultados	Exercícios			
	2016	2017	2018	2019
Total de Servidores Ativos	157	150	148	146
Total de Servidores Aposentados	45	53	66	68
Total de Pensionistas	11	11	4	9
Folha Salarial dos Ativos (R\$)	209.686,46	236.244,42	240.191,58	275.521,94
Salário Médio (R\$)	1.335,59	1.574,96	1.612,02	1.887,14
Folha Salarial dos Inativos (R\$)	79.856,89	107.270,90	140.148,28	152.478,89
Benefício Médio (R\$)	1.400,98	1.676,11	1.868,64	1.980,24
Alíquota de Contribuição, incluindo Custos Normal e Especial e Atuais, e a compensação (% da Folha de Ativos)	32,82%	34,09%	34,00%	34,00%
Idade Média				
Servidores em Atividade	48,63	49,40	50,48	50,81
Servidores Inativos	68,03	67,25	66,83	67,29
Pensionistas	59,91	60,27	58,88	59,60
Reserva Matemática Total (somente Regime de Capitalização)	20.757.432,27	30.234.640,98	36.703.277,31	42.584.055,61
Benefícios a Conceder	10.501.867,99	14.657.945,14	15.033.576,19	19.760.866,46
Benefícios Concedidos	10.255.564,28	15.576.695,34	20.769.701,12	22.823.189,15
Patrimônio	206.647,73	11.792,13	61.456,31	114.425,14
Estimativa da Compensação Previdenciária [Receber (+) ou Pagar (-)]	0,00	3.253.669,17	3.365.801,35	4.000.240,36
LDA - Limite de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado [Superávit (+) ou Déficit (-)]	-20.550.784,54	-26.969.179,68	-33.276.019,65	-38.469.390,11

Hipóteses Atuariais	Exercícios			
	2016	2017	2018	2019
Método Atuarial (aposentadorias)	PUC	PUC	PUC	PUC
Tábuas de Mortalidade para fins:				
de Aposentadoria	IBGE-2013	IBGE 2017	IBGE 2017	IBGE 2017
de Morte de Ativo ou Inativo	IBGE-2013	IBGE 2017	IBGE 2017	IBGE 2017
de Morte de Invalído	IBGE-2013	IBGE 2017	IBGE 2017	IBGE 2017
Tábuas de Entrada em Invalidez:	alvaro	alvaro	alvaro	alvaro
Taxas de longo prazo (t.a.):				
Retorno de Investimentos	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Crescimento Salarial	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
Crescimento do Benefício	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Fator de Determinação do Valor Real	97,80%	98,66%	98,66%	98,66%

Base	Exercícios			
	2016	2017	2018	2019
Data da Avaliação	janeiro-2016	janeiro-2017	janeiro-2018	dezembro-2018
Inflação do Período (IPCA)		6,29%	2,95%	3,59%





FUTURA TECNOLOGIA
Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
CNPJ: 12.658.085/0001-89
Rua Nilson Sabino Pleho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
Olinda-PE – CEP 53.050-010

3083-0649

suporte@futurapec.org.br

7 – DESTAQUES

Comparação desta avaliação com as últimas três (cont.)

O quadro da página anterior mostra os resultados e as hipóteses utilizadas desta avaliação atuarial e das três imediatamente anteriores. O intuito é mostrar os impactos de possíveis mudanças na base técnica e explicar o movimento da alíquota ao longo do período, compreendido nas três avaliações realizadas. Como vimos ao longo do relatório, as principais variáveis de impacto, além da base técnica, são a idade média, a remuneração média e o tempo de contribuição médio e, apenas, observaremos o que for significativo ou o que for possível, pois algumas variáveis (tempo de contribuição, hipóteses da compensação, etc.) não são apresentadas no DRAA, que é o documento disponível na "Internet".

a) Estatísticas e Resultados

Observando-se a última avaliação, nota-se uma variação no número de servidores em atividade e também nos inativos e pensionistas. Em relação à primeira avaliação, realizada em 2016, houve uma redução de 7,01% no número de servidores em atividade, um aumento de 47,83% no número de servidores aposentados e uma redução no número de pensionistas em 18,18%.

Como a variação real (aumento verificado descontada a inflação do período medida pelo Índice previsto na política de investimentos informado a seguir) da média dos salários dos servidores em atividade (24,66% a.a.) ficou acima da hipótese utilizada ao longo do tempo (1,00% a.a.), mostrando um ganho de poder de compra, temos um impacto de crescimento no Custo Normal e nas Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder.

O aumento do número dos aposentados se dá pelo servidor atingir as elegibilidades e isso deve ser verificado pelo Instituto para que as avaliações reflitam a realidade. Para realizar a avaliação atuarial, o atuário projeta a data de aposentadoria de cada servidor para definir o custo e, por isso, uma aposentadoria precoce pode impactar no plano de forma a aumentar as reservas matemáticas e as alíquotas.

Quanto às pensões, podemos notar que a redução da quantidade de benefícios é dada, provavelmente, pelo número de mortes de servidores em atividade ser menor do que daqueles que já se encontravam recebendo benefícios de pensão.

A idade média dos servidores em atividade, em relação à avaliação mais antiga em estudo (2016), aumentou 0,73 anos em média, abaixo do aumento esperado de 1,00 ano relativo ao prazo entre as datas-bases das avaliações, provocando um impacto de redução no Custo Normal devido à entrada de servidores mais jovens, com tempo maior para contribuir, ou saída de servidores mais velhos, por morte ou aposentadoria ou exoneração.

34





FUTURA TECNOLOGIA
Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
CNPJ: 12.656.085/0001-89
Rua Nilson Sabino Pinho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
Olinda-PE – CEP 53.050-010

3003-0649

suporte@futurapec.org.br

7 – DESTAQUES

A idade média dos servidores aposentados reduziu 0,24 anos, em média, desde a avaliação mais antiga em estudo (2016), abaixo do aumento esperado de 1,00 ano relativo ao prazo entre as datas-bases das avaliações. Este fato pode ter ocorrido pela entrada de novos aposentados com idade mais baixa e, ao mesmo tempo, morte de algum aposentado com idade alta, provocando um impacto no custo de forma a aumentar as Reservas e a alíquota do Custo Especial, pois quanto menor a idade maior será a responsabilidade atuarial, pois estaremos mais distantes da morte.

Com o mesmo raciocínio, verificando-se a redução da idade média dos pensionistas em 0,08 anos, em média, que pode ter sido provocada pela morte de servidores cujos beneficiários sejam mais jovens do que os que já se encontravam recebendo o benefício de Pensão por Morte e/ou morte de beneficiários com idade superior, temos que o impacto no custo é de aumento.

Como a variação real da média do valor dos benefícios (24,70% a.a.) é superior à hipótese formulada (0,00% a.a.), temos um impacto de crescimento na Reserva Matemática de Benefícios Concedidos e, por consequência, um impacto no Custo Especial. O principal impacto é devido às próprias concessões e, não, por reajuste. A paridade também afeta o índice.

O movimento crescente das reservas de benefícios concedidos e da reserva a conceder está condizente com os impactos verificados até aqui e são justificados, principalmente pelo impacto sobre a Reserva de Concedidos, devido aos novos aposentados e pensionistas e o aumento real do valor dos benefícios, e das Reservas de Benefícios a Conceder devido ao aumento do salário médio dos Servidores em Atividade.

Não há condições de se apresentar uma análise sobre o movimento dos valores da Compensação Financeira, pois o DRAA não expõe as premissas utilizadas.

b) Hipóteses Atuariais

As hipóteses com maior impacto sobre os resultados da avaliação atuarial são as tábuas biométricas para os fatores geradores de sobrevivência e morte, o retorno de investimentos e o crescimento da remuneração dos servidores em atividade e inativos.

Podemos verificar que as tábuas entre as últimas avaliações são a IBGE para o evento sobrevivência, conforme previsto na Portaria 464 de 2018. O impacto é de aumento no Custo e nas Reservas Matemáticas, pois a expectativa de vida da nova tábua é superior.

A hipótese de crescimento salarial dos servidores em atividade é a mesma em todas as avaliações. O impacto no custo se dá no valor do benefício futuro, que depende desta variável. Veja análise a seguir com os Percentuais de Crescimento Salarial (%CS).

35





FUTURA TECNOLOGIA
Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
 CNPJ: 12.658.085/0001-89
 Rua Nilson Sabine Pinho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
 Olinda-PE – CEP 53.050-010

3003-0649

suporte@futura3tec.org.br

7 – DESTAQUES

Comparação desta avaliação com as últimas três (cont.)

A melhor análise para se definir a hipótese de crescimento salarial é observar a legislação que define a carreira dos servidores e medir o impacto dos reajustes pré determinados. Este estudo deve ser realizado periodicamente como uma política de boas práticas.

Abaixo demonstramos a taxa real de crescimento salarial da folha de pagamentos dos Servidores do RPPS. As taxas anuais foram calculadas em comparação das folhas de pagamentos entre os períodos, excluindo-se os beneficiários dos salários que não constam das duas folhas simultaneamente. A coluna "Total" é o acúmulo das taxas. Note que o ano indicado refere-se ao do exercício do DRAA e, não, da base dos dados das avaliações realizadas. O ideal é que a taxa apresentada na coluna "Variação Real", como vemos, esteja sempre abaixo da hipótese (1,00% a.a.) analisada no longo prazo.

Crescimento Salarial Real	2016	2017	2018	"Total"	Variação
%CS - Crescimento Salarial	8,16%	-0,87%	15,09%	23,39%	Real a.a.
Índice de Inflação: IPCA (IBGE)	10,67%	8,29%	2,95%	21,10%	0,63%

Abaixo demonstramos a taxa real de crescimento real dos benefícios concedidos da folha de pagamentos dos Servidores Inativos e Pensionistas. As taxas anuais foram calculadas em comparação das folhas de pagamentos entre os períodos, excluindo-se os beneficiários dos benefícios que não constam das duas folhas simultaneamente. A coluna "Total" é o acúmulo das taxas. Note que o ano indicado refere-se ao do exercício do DRAA e, não, da base dos dados das avaliações realizadas. O ideal é que a taxa apresentada na coluna "Variação Real", como vemos, esteja sempre abaixo da hipótese (1,00% a.a.) analisada no longo prazo.

Crescimento Real do Benefício	2016	2017	2018	"Total"	Variação
%CB - Crescimento do Benefício	8,41%	-5,28%	2,33%	5,06%	Real a.a.
Índice de Inflação: IPCA (IBGE)	10,67%	8,29%	2,95%	21,10%	-4,62%

Quanto à hipótese de crescimento para o valor dos benefícios é igual em todos os anos. A hipótese atual se justifica pela expectativa de reajuste futuro baseados na reposição inflacionária.

Quanto à rentabilidade do plano, a hipótese de Retorno de Investimentos é igual em todas as avaliações e corresponde ao valor máximo permitido pela legislação. O impacto é de aumento no custo quanto menor for a taxa, pois é uma taxa de desconto para o cálculo do valor atual dos benefícios futuros.





FUTURA TECNOLOGIA
 Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
 CNPJ: 12.658.085/0001-89
 Rua Nilson Sabino Pleho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
 Olinda-PE – CEP 53.050-010

3003-0649

suporte@futurapec.org.br

7 – DESTAQUES

Comparação desta avaliação com as últimas três (cont.)

Nas últimas três avaliações atuariais, desde 2016, ficaram estabelecidas as alíquotas de contribuição de 32,82%, 34,00% e 34,00%. Considerando-se os Patrimônios de cada avaliação anterior, R\$ 206.647,73, R\$ 11.792,13 e R\$ 61.456,31, respectivamente, as contribuições mensais, o retorno de investimentos, a inflação do período, medida pelo Índice previsto na política de investimentos informado a seguir, e as despesas com a folha de inativos e os auxílios, temos que o patrimônio líquido estimado não existiria, considerando a aplicação inicial dos patrimônios informados nas datas-bases das avaliações em estudo e a evolução do saldo.

Abaixo demonstramos a taxa real de rentabilidade do ativo do plano disponível para aplicações financeiras. As taxas nominais de rentabilidade foram informadas pelos responsáveis pelo RPPS. O Índice Inflacionário está previsto na Política de Investimentos. A coluna "Total" é o acúmulo das taxas. O ideal é que a taxa apresentada na coluna "Variação Real" esteja acima da hipótese (6,00%) a.a., mas num tempo maior de análise.

Rentabilidade Real do Ativo	2016	2017	2018	"Total"	Variação
Rentabilidade Nominal do Ativo	2,05%	7,81%	3,25%	13,60%	Real a.a.
Índice de Inflação: IPCA (IBGE)	9,42%	6,80%	8,21%	26,46%	-3,51%

O valor do Patrimônio, constituído até a data da atual avaliação é de R\$ 114.425,14 que, comparado ao valor calculado conforme parágrafo anterior, indica uma diferença positiva. O ativo é composto da seguinte forma:

- Bancos Conta Movimento: R\$ 100.462,27
- Aplicações Financeiras: R\$ 12.686,14
- Créditos em Circulação: R\$ 0,00
- Imobilizado: R\$ 1.276,73

O mercado financeiro vem sofrendo mudanças e observamos redução na rentabilidade das aplicações do patrimônio do RPPS. O Instituto deverá aplicá-lo de forma que a rentabilidade seja significativamente superior à Meta Atuarial prevista nesta avaliação, que é de 6,00% a.a. acima da inflação, que poderá ser medida pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo do IBGE ou a critério dos representantes.

Observa-se uma tendência de queda da Selic, e os administradores do fundo deverão rever seus planos de investimentos, aumentando o risco para galgar maiores taxas ou reduzir a taxa de juros atuarial do plano previdenciário, o que acarretará um aumento das reservas matemáticas. A Secretaria de Previdência criou um mecanismo para a definição da taxa de juros, que depende do prazo médio do passivo atuarial, e deve ser observado o parecer deste relatório.





FUTURA TECNOLOGIA
Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
 CNPJ: 12.658.085/0001-89
 Rua Nilson Sabino Pleho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
 Olinda-PE – CEP 53.050-010

3003-0649

suporte@futurapec.com.br

8 – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A análise de sensibilidade tem objetivo de mostrar aos administradores do RPPS os impactos sobre os custos e reservas matemáticas diante de uma mudança em uma ou mais variáveis envolvidas em todo o planejamento para manutenção do fundo previdenciário. Em outras palavras, **quão sensível é o custo do plano em face da mudança de uma hipótese atuarial.**

As hipóteses que mais afetam os resultados, como vimos, que estarão em nossos comentários a seguir, são as que definem diretamente o valor dos benefícios futuros e o valor dos compromissos atuais para o pagamento desses benefícios.

- a) Taxa de Juros Real
- b) Crescimento Real do Salário do Servidor em Atividade
- c) Crescimento Real do Valor do Benefício Concedido
- d) Tábua de Sobrevida

Todas as avaliações realizadas nesse item desconsideram a Compensação Financeira.

Taxa de Juros Real

A taxa de juros máxima permitida pela legislação é de 6,00% a.a. e é utilizada para definir o valor atual dos benefícios futuros (reservas matemáticas), sendo um fator de desconto, ou seja, reduz o valor dos compromissos considerando que haverá ganhos reais de capital sobre as garantias financeiras a serem usadas para o pagamento dos benefícios a serem concedidos. Portanto, reduzindo-se a taxa de juros teremos um aumento dos valores das reservas matemáticas e, por consequência, aumento dos custos.

Podemos observar que a taxa de juros é uma hipótese que deve ser acompanhado com muito rigor, pois está diretamente ligada a um organismo fora do controle do RPPS, o mercado financeiro, que possui inúmeras variáveis e inúmeros agentes influenciadores. É de se esperar uma recomendação da SPS – Secretaria de Previdência Social a fim de baixar o teto de 6,00% a níveis mais aceitáveis para a garantia de rentabilidade futura dos ativos do RPPS.

Mantendo-se fixas as variáveis citadas (tábua de sobrevida, crescimento real salarial e dos benefícios), baixando-se a taxa de juros em 0,25 p.p. e 0,50 p.p. temos a seguinte comparação em relação aos resultados obtidos na avaliação atuarial (1ª linha da tabela) (também se observa resultados com a taxa zero, pois há exigência na legislação, representando o valor máximo):

Taxa de Juros	RMBC	Var	RMBaC	Var	CN	Var	CE	Var
6,00% a.a.	22.823.389,15		19.760.866,46		19,50%		1,00%	
5,75% a.a.	23.334.412,30	2,24%	20.642.810,23	4,40%	20,80%	4,52%	1,00%	0,00%
5,50% a.a.	23.866.332,42	4,27%	21.577.934,15	9,20%	21,74%	9,25%	1,00%	0,00%
0,00% a.a.	44.415.332,54	94,61%	69.427.253,15	251,34%	68,70%	245,23%	1,00%	0,00%

RMBC = Reserva Matemática de Benefícios Concedidos

CN = Custo Normal das Aposentadorias

O percentual apresentado é o CN – Custo Normal para as aposentadorias programáveis, pois reflete a parte de maior significância do custo e o objetivo é mostrar o impacto. O CE – Custo Especial não é diretamente proporcional à variação (Var) das Reservas Matemáticas devido ao desconto do Ativo para definição do Passivo Atuarial a descoberto.





FUTURA TECNOLOGIA
 Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
 CNPJ: 12.656.085/0001-89
 Rua Nilson Sabino Pieho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
 Olinda-PE – CEP 53.050-010

3003-0649

suporte@futurapec.org.br

8 – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Crescimento Real do Salário do Servidor em Atividade

Praticamente, o valor do benefício de aposentadoria é o último salário do Servidor. Sabemos que existe a possibilidade de um servidor iniciar sua carreira em um cargo simples, recebendo um salário mínimo, e chegar a data de sua aposentadoria recebendo o maior salário entre os demais colegas de trabalho. É óbvio que existem servidores que sempre receberão um salário mínimo e outros que sempre receberão um salário mediano e terão reajustes salariais iguais ou próximos da inflação. Por outro lado, por motivação de promoções, existem exemplos que terão reajustes acima da inflação.

A taxa de crescimento real mínima obrigatória pela legislação é de 1,00% a.a. e é utilizada para definir o valor dos benefícios futuros. Devemos lembrar que o cálculo é feito individualmente e que cada servidor possui um valor de salário na data da avaliação e um prazo para atingir a elegibilidade para sua aposentadoria. Portanto, a taxa usada é uma média e pode afetar os resultados significativamente.

Essa variável pode ser medida pelo RPPS, observando-se a carreira de cada servidor desde sua admissão até a data da avaliação ou até a data da aposentadoria. Não podemos usar uma taxa inferior, mas devemos usar uma taxa realista, com base em dados retirados da evolução dos salários dos servidores e na política de reposição inflacionária e cessão de ganhos reais para o médio e longo prazos, mostrando responsabilidade e transparência na administração.

Mantendo-se fixas as variáveis citadas (tábua de sobrevivência, taxa de juros e crescimento real dos benefícios), aumentando-se a taxa de crescimento salarial em 0,25 p.p. e 0,50 p.p. temos a seguinte comparação em relação aos resultados obtidos na avaliação atuarial (1ª linha da tabela):

Crescimento Salarial	RMBIC	Var	RMBaC	Var	CN	Var	CE	Var
1,00% a.a.	22.823.189,15		19.760.865,46		19,50%		1,00%	
1,25% a.a.	22.823.189,15	0,00%	20.110.791,85	1,82%	20,30%	-2,01%	1,00%	0,00%
1,50% a.a.	22.823.189,15	0,00%	20.480.563,73	3,67%	20,71%	-4,07%	1,00%	0,00%

RMBIC = Reserva Matemática de Benefícios Concedidos
 RMBaC = Reserva Matemática de Benefício a Conceder

CN = Custo Normal da Aposentadoria
 CE = Custo Especial

Crescimento Real do Valor do Benefício Concedido

A variável anterior analisada mostra a definição do valor do benefício inicial de aposentadoria, calculado a partir do salário na data da avaliação e a expectativa de crescimento acima da inflação. A taxa de crescimento real do benefício tem o mesmo princípio, ou seja, mede o crescimento do valor do benefício acima da inflação entre a data da aposentadoria e a data da sua morte ou, se houver, de seu beneficiário.





FUTURA TECNOLOGIA
 Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
 CNPJ: 12.656.085/0001-89
 Rua Nilson Sabino Pieho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
 Olinda-PE – CEP 53.050-010

3003-0649

suporte@futurapec.org.br

8 – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Crescimento Real do Valor do Benefício Concedido (cont.)

Não há previsão na legislação para uma taxa de crescimento real mínima, pois os reajustes dos valores dos benefícios têm suas regras próprias e não costumam ultrapassar significativamente a inflação. Caso haja observação de ganho acima da inflação e seja uma tendência, é de suma importância o uso da taxa positiva para medir os compromissos do plano previdenciário. Da mesma forma que a taxa usada sobre os salários durante a fase laborativa, devemos lembrar que o cálculo é feito individualmente e que o cálculo deve ser feito a partir de uma taxa média.

É comum a percepção de que não há crescimento real do valor dos benefícios após sua concessão, mas essa variável pode e deve ser medida pelo RPPS.

Mantendo-se fixas as variáveis citadas (tábua de sobrevivência, taxa de juros e crescimento real dos salários), aumentando-se a taxa de crescimento dos benefícios em 0,25 p.p. e 0,50 p.p. temos a seguinte comparação em relação aos resultados obtidos na avaliação atuarial (1ª linha da tabela):

Cresc. do Benefício	RMBC	Var	RMBaC	Var	CN	Var	CE	Var
0,00% a.a.	22.823.189,35		19.760.866,46		19,91%		1,00%	
0,25% a.a.	23.344.027,22	2,29%	20.670.170,32	4,61%	20,33%	4,67%	1,00%	0,00%
0,50% a.a.	23.910.278,38	4,76%	21.643.905,91	9,78%	21,85%	9,80%	1,00%	0,00%

RMBC = Reserva Matemática de Benefícios Concedidos

CN = Custo Normal das Aposentadorias

RMBaC = Reserva Matemática de Benefícios a Conceder

CE = Custo Especial

Note que a taxa afeta as reservas de benefícios ainda não concedidos (RMBaC), pois o valor atual considera todo o fluxo de pagamentos após a aposentadoria, inclusive os reajustes.

Tábua de Sobrevivência

A tábua de sobrevivência define a expectativa de vida dos servidores, ou seja, o prazo pelo qual receberão os benefícios de aposentadoria. De maneira simples podemos dizer que a reserva é a multiplicação do valor do benefício pelo prazo que será pago ao beneficiário, descontada a taxa de juros. A legislação define como prazo mínimo o obtido pela aplicação da tábua divulgada anualmente pelo IBGE. Portanto, a cada nova tábua divulgada, temos um aumento da expectativa de vida, reproduzindo os ganhos de saúde da população que refletem no estudo atuarial com um aumento dos valores das reservas matemáticas e, por consequência, aumento dos custos.

O estudo do IBGE é nacional e gera indagações a todo administrador atento, pois sua população de servidores é selecionada e localizada, podendo não refletir a mesma expectativa de vida. Porém, temos reflexos para dois extremos:

- a) A massa em estudo pode ter expectativa de vida superior;
- b) A massa em estudo pode ter expectativa de vida inferior.





FUTURA TECNOLOGIA
Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
CNPJ: 12.658.085/0001-89
 Rua Nilson Sabino Pieho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
 Olinda-PE – CEP 53.050-010

3003-0649

suporte@futura-tec.org.br

8 – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Tábua de Sobrevivência (cont.)

Supondo-se que a expectativa de vida da massa em estudo seja inferior à da tábua utilizada, temos resultados que refletirão um superávit atuarial no futuro, pois as reservas matemáticas estarão calculadas em valor superior ao realmente necessário. Em outras palavras, as contribuições definidas na atual avaliação formarão uma reserva financeira para garantir o pagamento de benefícios por um determinado prazo que não se verificará, pois o beneficiário falecerá antes do previsto. Como um plano previdenciário não possui prazo de duração, em algum momento a massa de servidores será diferente e se enquadrará na tábua vigente.

Mantendo-se fixas as variáveis citadas (taxa de juros, crescimento real salarial e dos benefícios), trocando-se a tábua por uma teoricamente ultrapassada (a AT 1949 ainda reflete a sobrevivência de muitos grupos fechados no Brasil e na América Latina) temos a seguinte comparação em relação aos resultados obtidos na avaliação atuarial (1ª linha da tabela):

É de se esperar uma recomendação da SPS – Secretaria de Previdência Social para que seja estudada a aderência dessa hipótese à massa em estudo, obrigando o RPPS a utilizar uma tábua de sobrevivência mais adequada, que reflita a expectativa de vida real da massa.

Tábua de Sobrevivência	RMBIC	Var	RMBaC	Var	CN	Var	CE	Var
IBGE 2017	22.823.189,15		19.760.666,46		19,90%		1,00%	
IBGE 2016	22.754.921,93	-0,30%	19.695.895,63	-0,33%	19,82%	-0,40%	1,00%	0,00%
AT-1949	20.345.066,89	-10,86%	17.938.353,44	-9,22%	17,79%	-10,60%	1,00%	0,00%
AT-2000	23.297.317,82	2,08%	20.519.565,45	-3,84%	21,02%	5,87%	1,00%	0,00%

RMBIC – Reserva Matemática de Benefícios Concedidos
 RMBaC = Reserva Matemática de Benefícios a Conceder

CN – Custo Normal das Aposentadorias
 CE = Custo Especial

Inversamente, como já podemos ver na tabela acima, uma tábua mais moderna, como a AT 2000, reflete nos custos e reservas matemáticas de modo a aumentar seus valores, devido a expectativa aplicada ser maior. Como vimos, não podemos escolher a tábua pelo resultado que apresenta e, sim, pela sua aderência a massa em estudo e, principalmente, que possa estar aderente no médio prazo quando observada a idade média da população atual e as possíveis reposições de aposentados e aumento da massa por servidores mais jovens que os atuais.

Diversos

Existem diversos outros parâmetros que poderiam ser analisados, mas não é o intuito deste relatório e devemos lembrar que a avaliação é feita anualmente para percepção de possíveis desvios e ajustamento de parâmetros. Um bom exemplo é o critério de uso da idade do servidor, pois o arredondamento para baixo aumenta o prazo para a aposentadoria, reduzindo o Custo Normal, e aumenta o prazo para o fim da vida, aumentando o Custo Especial. **A avaliação realizada, apresentada neste relatório, considera a idade exata em vez de arredondar, otimizando os resultados.**





FUTURA TECNOLOGIA
Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
CNPJ: 12.658.085/0001-89
 Rua Nilson Sabino Pleho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
 Olinda-PE – CEP 53.050-010

3003-0649

suporte@futuratec.org.br

9 – EFA - Equilíbrio Financeiro e Atuarial

Recitas	Aligista	Mensual	Atual
Servidor Ativos	11,00%	39,347,41	393,996,33
Ente	20,00%	55,187,64	116,399,32
Custo Especial	1,00%	2,735,22	35,813,86
Aporte	0,00%	0,00	0,00
Aposentados e Pensionistas	0,00%	0,00	0,00
Compensação	0,00%	0,00	0,00
Dívidas do Ente	0,00%	0,00	0,00
Administração	2,00%	5,510,44	71,635,73
Total	34,00%	93,680,71	1.117,849,23

Folha Mensal Salários
278.521,94

Observação: o valor da folha mensal dos Servidores em Atividade é a base de cálculo das contribuições.

Despesas	Aligista	Mensual	Atual
Folha Atual	35,34%	152,419,80	1.982,224,40
Auxílios	1,00%	2,735,47	33,860,11
Administração	2,00%	5,510,44	71,635,73
Total	38,34%	160,747,71	2.089,720,23

Resultado Financeiro	
Mensal	Atual
-67,067,00	-871,871,00

A administração e os auxílios são demonstrados apenas para compor os totais apresentados no estudo, pois existe a tendência de resultado nulo entre receitas e despesas. O Aporte costuma ser definido sem juros, em valor fixo apenas corrigido pela inflação, mas para apresentar a quadro acima calculamos sua relação com a folha de salários.

Equilíbrio Financeiro

O equilíbrio financeiro é simplesmente a comparação entre as receitas e as despesas do plano previdenciário e, claro, devemos obter resultado positivo, pois teoricamente não há outra fonte de recursos senão a própria contribuição definida no plano de custeio. **Podemos notar que o RPPS em análise não possui equilíbrio financeiro e precisa que seus gestores tomem decisões para alterar a situação injetando recursos no fundo ou realizando uma segregação de massa.**

De qualquer forma, ao longo da vigência do plano de custeio, caso ocorram eventos que gerem custos não previstos e se observe um resultado negativo, ainda que seja na composição mensal, é recomendável receber as receitas já definidas mais a diferença observada. **Como estamos com deficiência no próprio plano de custeio o Município deverá cobrir a diferença para manter o equilíbrio financeiro mensal.**

Todas as sobras observadas no equilíbrio financeiro, exceto as referentes ao plano administrativo que deve ser contabilizado em separado, devem ser aplicadas de forma a angariar rentabilidade igual da hipótese atuarial (IPCA + 6%), formando fundo financeiro que será base de sustentação para o equilíbrio financeiro dos exercícios futuros (veja definição de Equilíbrio Atuarial) e, quando superior, formar fundo que amortizará antecipadamente o fluxo de despesas do RPPS reduzindo e abatendo o plano de amortização definido. **Isto ocorrerá apenas após a resolução do déficit financeiro já existente.**

É importante deixar registrado que eventuais débitos do Ente para com o RPPS devem ser remunerados rigorosamente pelo mínimo da rentabilidade esperada, definida na base técnica (meta atuarial), pois afeta diretamente o equilíbrio financeiro vigente e futuro.





FUTURA TECNOLOGIA
Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
CNPJ: 12.658.085/0001-89
Rua Nilson Sabino Pleho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
Olinda-PE – CEP 53.050-010

3003-0649

suporte@futurapec.org.br

9 – EFA - Equilíbrio Financeiro e Atuarial

Equilíbrio Financeiro (cont.)

Podemos estimar o valor da compensação financeira, pois é certo que haverá compensação para todos os benefícios que foram concedidos sob a égide do RPPS, mas que tenham sido compostos com partes de contribuição ao RGPS - Regime Geral de Previdência Social (INSS) ou outro Regime de Origem (outro Ente: município ou estado). Observando o conceito do equilíbrio financeiro seria prudente deixar de usar um valor que, teoricamente, pode não existir no momento do pagamento de uma despesa.

A compensação financeira, quando aprovada, conhecida como "pro rata", e que é depositada mensalmente, deve ser considerada no Equilíbrio Financeiro de curto prazo, pois, em teoria, está compensando valores que estão sendo pagos na folha de pagamentos dos benefícios concedidos. De forma equivalente, a compensação que entra em pagamento único (atrasados ou estoque) compõe o ativo e deve ser rentabilizada e utilizada para garantir o pagamento dos benefícios atuais e futuros.

Da mesma forma que a compensação financeira, os créditos a receber poderiam ser considerados no fluxo mensal de receitas, compondo o equilíbrio financeiro, mas sua fonte de recursos não tem a mesma segurança de apropriação.

O Custo Especial é definido quando existem responsabilidades previdenciárias não cobertas pelo patrimônio existente na data da avaliação, ou seja, é uma contribuição extra no planejamento. Devemos separar a alíquota de custeio pela origem da responsabilidade, pois uma parte do custeio especial pode estar amortizando custos imediatos, aqueles que já deveriam ter sido compostos no ativo. Como o controle dessa separação é difícil, devemos sempre considerar que a alíquota do Custo Especial estará amortizando o equilíbrio financeiro futuro (Equilíbrio Atuarial).

Equilíbrio Atuarial

O equilíbrio atuarial é diretamente ligado ao equilíbrio financeiro, pois é a equivalência entre receitas e despesas nos exercícios futuros, trazidos a valor presente atuarialmente. O primeiro contato com os números nos faz inferir que sempre haverá desequilíbrio, pois a contribuição, proporcional ao salário (frequentemente entre 22% e 60%), costuma ser menor que o próprio benefício (100% do salário da véspera da aposentadoria).

Deixemos de lado a metodologia de cálculo, descrita no relatório, e pensemos como no equilíbrio financeiro: devemos obter equilíbrio financeiro em todo o tempo futuro. Apenas, o cálculo deve ser feito no dia de hoje, por isso a avaliação atuarial é realizada anualmente.

Nesse momento devemos entender que a falta de equilíbrio entre as obrigações do RPPS, inerentes à legislação (basicamente as aposentadorias e pensões), e a contrapartida (custeio) será analisada e equacionada mediante a criação de uma contribuição extraordinária, chamada de Custo Especial, que equilibrará o plano previdenciário.

43





FUTURA TECNOLOGIA
Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
CNPJ: 12.656.085/0001-89
Rua Nilson Sabino Pleho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
Olinda-PE – CEP 53.050-010

3003-0649

suporte@futurapec.org.br

9 – EFA - Equilíbrio Financeiro e Atuarial

Equilíbrio Atuarial (cont.)

A avaliação atuarial deve ser feita anualmente, pois existem muitas variáveis que impactam o cenário e nem sempre podem ser previstas e calculadas antecipadamente. Eventuais aumentos das obrigações podem ser gerados por diversos motivos que não a gestão ruim do plano:

- metodologia: como em planos de amortização de empréstimos, podem gerar custos crescentes ou estáveis;
- economia geral: a conjuntura econômica pode gerar rentabilidade abaixo do esperado;
- economia local: a administração do Ente pode não haver recursos para cumprir com todas as suas obrigações e ser obrigada a reter contribuições;
- veja maiores explicações no capítulo 3.

A compensação financeira pode ser, e deve ser estimada, pois é bem vinda para o equilíbrio atuarial, observada a questão do equilíbrio financeiro. Primordialmente, temos que pensar em deixar de pagar um custo sobre um valor que será restituído, ou seja, estamos calculando um plano de custeio menor contando que haverá entrada de recursos (este é o argumento do órgão fiscalizador para limitar e coibir o cálculo da estimativa de compensação).

É razoável o entendimento de que não devemos contar com receitas futuras para abater custos presentes, mas o Equilíbrio Atuarial, por seu conceito, está confrontando receitas futuras com custos futuros. Desde que sejamos prudentes e conservadores e observemos atentamente o Equilíbrio Financeiro no curto prazo, o uso de qualquer crédito seguro deve ser feito, como a compensação e o valor atual de contribuições futuras de dívidas reconhecidas.

Por isso, quando calculamos o Custo Especial, com alíquotas constantes ou crescentes, estamos, por definição, equilibrando atuarialmente o plano previdenciário. Esse argumento vem de encontro com o citado acima, pois a criação do Custo Especial já deve considerar todo o fluxo de haveres e deveres, não devendo ser aplicado com alíquotas que se sobrepõem.

Uma conclusão não muito visível após a análise do Equilíbrio Financeiro e Atuarial - EFA, é que não se deve imputar responsabilidade ao gestor pelo motivo da observação da manutenção e aumento das reservas matemáticas e/ou déficit atuarial, pois a metodologia de cálculo pode estar dando causa ao aumento e não a falta de recolhimento de contribuições e a baixa rentabilidade dos fundos. Estes últimos, sim, devem ser observados pela gestão para que tudo ocorra como planejado e devem ser o verdadeiro mote da fiscalização.

Em poucas palavras, há metodologia que gera custos crescentes, que permite a criação de plano de custeio mais adequado a realidade financeira atual do Ente e, ao mesmo tempo, dada a conjuntura econômica de altas taxas de juros, quitar responsabilidades atuariais futuras. Por outro lado, certa metodologia garante em todo o período de estudo que o plano de custeio, mais alto desde o início, resulte em oscilações menores no resultado do balanço do RPPS.





FUTURA TECNOLOGIA
Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
CNPJ: 12.658.085/0001-89
Rua Nilson Sabino Pleho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
Olinda-PE – CEP 53.050-010

3003-0649

suporte@futurapec.org.br

10 – Complemento do DRAA

Devido a falta de espaço nos campos do DRAA CADPREV, entendendo a importância das solicitações, colocamos abaixo os textos que deveriam constar daquele instrumento. Nota-se a referência de cada campo pelos nomes das abas e títulos do sistema CADPREV.

Os textos que não constarem abaixo estão colocados ao longo do relatório sobre os resultados da Avaliação Atuarial como de costume.

Base Cadastral - Avaliação Crítica e Tratamento da Base Cadastral

a) Consistência da Base Cadastral

Considera-se inconsistente a informação que não pode ser definida como totalmente correta, pois devemos chamar atenção dos gestores para uma possível discrepância na base de dados ainda que não se tenha a certeza de erro (exemplo: há informação de estado civil casado, mas não há a data de nascimento do cônjuge). A completude é simplesmente a falta da informação, mas não é constatada quando o teste de consistência é negativo (exemplo: falta de data de nascimento para solteiros não é considerado erro nem falta de completude).

b) Tratamento da Base Cadastral

A estimativa de conteúdo é permitida e deve ser relatada. Note a relação desta tabela com a anterior. Aqui pode ser verificado o detalhamento dos argumentos que levam a anotação do erro do item anterior, bem como a quantidade e a solução tomada. As principais hipóteses constam deste relatório. É claro que uma hipótese pode afetar o resultado da avaliação, mas pesquisas sobre massas de servidores indicam que as hipóteses formuladas são próximas da realidade ou não afetam com grande significância os resultados esperados quando da observação da correção e completude da base de dados.

Entendemos que as tabelas e os comentários acima incentivem os gestores a melhorarem sua base de dados, pois a sua fidedignidade define o melhor cenário para a avaliação atuarial.

Base Técnica - Hipóteses Atuariais

a) Critério para Projeção do Valor dos Proventos Calculados pela Média

A partir da Data de Admissão validada, retroagimos essa data pelo tempo de serviço público anterior, ignorando se houve lapso temporal entre o período cumprido anteriormente, definindo a Data Inicial de Admissão no Serviço Público. O ano mais recente entre 1994 e a data descrita define o ano de início da observação da média. A definição se será usada a média é dada pela observação das regras de aposentadoria (Constituição, EC 20, EC 41). O valor do benefício é o salário projetado, reduzido em caso de benefício projetado ser proporcional, multiplicado pelo fator a seguir. Limitado a 100%, o fator é a média dos fatores de desconto mensais $[(1 + \text{taxa de crescimento salarial})^{\text{idade de aposentadoria} - \text{idade de entrada no serviço público}}]$, considerados a hipótese de Crescimento Real de Salário e o prazo entre a Data Inicial (1994 ou posterior) e a Data de Aposentadoria Projetada.

45





FUTURA TECNOLOGIA
Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
CNPJ: 12.658.085/0001-89
Rua Nilson Sabino Pleho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
Olinda-PE – CEP 53.050-010

3003-0649

suporte@futuratec.org.br

10 – Complemento do DRAA

Base Técnica - Hipóteses Atuariais (cont.)

b) Descrição da Hipótese de Novos Entrantes

A cada cinco anos haverá reposição da massa de Servidores em Atividade em quantidade suficiente para voltarmos ao número do ano zero (um para um), a idade média será considerada a do ano zero, mas o salário médio será o que for evoluído a partir da hipótese de crescimento e a permanência dos Servidores no período. Esses novos indivíduos estarão sujeitos às probabilidades de morte e entrada em invalidez e poderão gerar esses benefícios.

c) Critério para Entrada em Aposentadoria

Verificadas as regras previstas na Constituição (antes da EC 20, entre a EC 20 e a EC 41 e após a EC 41), dentre as aplicáveis ao Servidor Ativo toma-se a menor idade.

Resultados - Custo Suplementar

a) Prazo de Amortização: Justificativa

O prazo para amortização considera o ano em que se iniciou a fiscalização do parâmetro e o ano da data da primeira implantação em lei do plano que prevê a quitação do déficit atuarial. Considerado o prazo máximo legal de 35 anos, temos sua redução a cada ano que passou desde 2008 ou da data do primeiro plano, o que ocorreu mais recentemente.

b) Plano de Amortização

Nota-se a amortização do déficit em sua totalidade dentro do prazo máximo legal de 35 anos. Observados os ganhos e perdas atuariais e os ganhos e perdas financeiros, temos que a evolução do déficit é extremamente difícil de se prever e, por isso, todo ano pode haver mudanças no plano de amortização, apenas mantendo a redução do prazo em um ano a cada exercício. As hipóteses são mantidas e, a de crescimento salarial, afeta o fluxo do equacionamento, pois cresce a base de contribuição anualmente (na prática, as alíquotas incidem na folha de salários observada). Em caso de escalonamento de alíquotas, além da alíquota inicial, a alíquota adicional anual podem ser alteradas. A Base de Cálculo inicial já está acrescida do crescimento salarial. A variação real da folha salarial mensal pode afetar o valor do montante anual de contribuições. Apesar de toda a base ser anual, a composição do pagamento anual é feita por capitalização mensal de doze contribuições mais uma do décimo terceiro. Caso o plano seja desenhado por aportes periódicos, temos valores pré definidos e não há proporcionalidade em relação a base de cálculo dos salários.

Veja outras observações específicas ao longo do relatório.





Documento Assinado Digitalmente por: MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO, EDER MARCONI VIEIRA
 Acesse em: <https://eccc.ice.pe.gov.br/epd/validarDocumento> Código do documento: 666244-1288-4c1f-868b-cd20af42397c

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-23.306.775,00	13.303.991,55
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
PATRIMÔNIO SOCIAL		0,00	0,00
PATRIMÔNIO SOCIAL		0,00	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS		-23.306.775,00	13.303.991,55
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		-23.306.775,00	13.303.991,55
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	-36.610.766,55	138.516,97
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	13.350.050,40	13.211.533,43
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	-46.058,85	-46.058,85
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-23.306.775,00	13.303.991,55
TOTAL		21.182.501,91	21.522.880,98

Nota 25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfaz em 2019 valor de R\$ -23.306.775,00. Os Resultados Acumulados de exercícios anteriores foram de R\$ 13.350.050,40. O Resultado do Exercício foi no valor de R\$ 23.306.775,00. O valor do resultado do exercício será detalhado a seguir:

RESULTADOS ACUMULADOS DE EXERCÍCIO ANTERIORES	R\$ 13.350.050,40
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ (-) 46.058,85
RESULTADO DO EXERCÍCIO	R\$ (-) 36.610.766,55
PATRIMÔNIO SOCIAL/CAPITAL SOCIAL	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ - 23.306.775,00

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS PERMANENTES E PERMANENTES

ATIVO	2019	2018	PASSIVO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	2.800.225,30	1.079.713,00	PASSIVO FINANCEIRO (R\$ 6.945.461,66 - Base de Processado FISCAL)	6.945.461,66	1.440.101,71
ATIVO PERMANENTE	19.595.607,48	36.413.624,04	PASSIVO PERMANENTE	38.583.815,25	241.880,00
			SALDO PATENCIAL	-21.182.501,91	0,00

Nota 26) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 2.800.225,30.

Nota 27) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 19.595.607,48.

Nota 28) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 6.945.461,66, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 39.792,03 perfazem o total de R\$ 6.945.253,69.

Nota 29) PASSIVO PERMANENTE: Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente. Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 38.583.815,25.

QUADRO DAS OBRIGAÇÕES DE CUMPRAMENTO (CONTÁBIL)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES DAS OBRIGAÇÕES POTENCIAIS DO ATIVO			VALORES DAS OBRIGAÇÕES POTENCIAIS DO PASSIVO		
	2019	Exercício Anterior	Exercício Anterior	2019	Exercício Anterior	Exercício Anterior
COMBINAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORREÇÃO DE DEBITOS CONTABILIZADOS E OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 30) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO ATIVO: Registra os valores das obrigações contratuais a executar. O valor do saldo no final do exercício foi R\$ 0,00.

Nota 31) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO: Registra os valores das obrigações contratuais a executar. O valor do saldo no final do exercício foi R\$ 52.134,02 provenientes de Execução de obrigações contratuais.





OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

d.2.Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.

d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2019
R\$ 0,00	R\$ 0,00

F) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XIII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 067/2019 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

F.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

F.2.Saldos significativos de Caixa e Equivalentes de Caixa NÃO Disponíveis:

Não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.





F.3. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito:

Não houve no exercício de 2019 bens recebidos por doação. Caso exista colocar o seguinte histórico. Os bens adquiridos por doação foram mensurados por valor de mercado conforme NBCASP.

F.4. Transferência de Ativos:

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

F.5. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito:

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2019. Caso exista colocar o seguinte histórico. Os bens adquiridos por doação foram mensurados por valor de mercado conforme NBCASP.

F.6. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos:

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

F.7. Ajustes decorrentes de Omissões e Erros em Anos Anteriores ou de Mudanças de Critérios:

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes de omissão e erros de registro de anos anteriores ou relativos a mudança de critérios.

F.8. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão.

F.9. Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício de 2019 relação de provisões a passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil

F.10. Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

F.11. Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

F.12. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

F.13. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário RICARDO CICARELLI DE MELO MIBA nº MIBA 1306.

F.14. Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 7ª Edição p. 198):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

F.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado: Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

F.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

F.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

F. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106): Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

F. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

F. 20. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106): O montante relativo a passivos perdoados foi de R\$ 0,00.

F. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

DESCRIÇÃO	TIPO/CLASSE	VALOR(R\$)
HERANÇAS		0,00
PRESENTES		0,00
DOAÇÕES		0,00
	TOTAL	0,00

F. 22. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105): Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.





F. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103): As provisões matemáticas foram realizadas pelo atuário:



FUTURA TECNOLOGIA
Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
CNPJ: 12.658.085/0001-89
Rua Nilson Sabino Pieho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
Olinda-PE – CEP 53.050-010

3083-0649

suporte@futurapec.org.br

10 – Complemento do DRAA

Resultados - Parecer Atuarial

a) Perspectivas de Alteração Futura no Perfil e na Composição da Massa de Segurados

Exceto se houver um concurso, que não tem previsão até a data de composição deste parecer, o perfil e a composição da massa de segurados se manterão estáveis, mas com os impactos das novas aposentadorias, das mortes e invalidezes a ocorrer no futuro. A Projeção Atuarial mostra a evolução da massa, que também sofre efeito da hipótese de novos entrados. Podemos notar na projeção atuarial, o efeito de entradas e saídas conforme hipóteses formuladas para todas as ocorrências: morte, invalidez e novos entrados. Não usamos a hipótese de rotatividade, pois a incidência de exoneração é muito baixa e o impacto de uma ocorrência sobre os custos é pouco significativo e é eliminado na avaliação seguinte.

b) Adequação das Hipóteses Utilizadas às Características da Massa de Segurados e de seus Dependentes e Análises de Sensibilidade para os Resultados

As hipóteses utilizadas estão de acordo com as técnicas atuariais usadas em planos previdenciários do tipo Benefícios Definidos. Não há estudo específico de aderência de hipóteses, pois a massa de segurados não é significativa, mas a experiência mostra que as principais hipóteses, que impactam de forma mais forte no custo do plano, são suficientes para prever os compromissos do plano. Como a avaliação atuarial é anual, e pode ser realizada a qualquer momento, correções nas hipóteses são possíveis e corrigem um possível desvio de curso no planejamento da evolução do RPPS.

As Hipóteses de Composição Familiar são usadas somente se a base de dados for inconsistente.

Utilizamos a hipótese de inflação de 3,00% a.a. conforme expectativa de médio prazo do mercado financeiro para definir o valor real dos salários e dos benefícios. Convém observar que as hipóteses econômicas, principalmente a que diz respeito ao crescimento salarial, devem ser acompanhadas com o objetivo de podermos ajustá-las à realidade, caso esta se mostre diferente, de forma significativa, das hipóteses formuladas inicialmente.

Quanto à hipótese de crescimento para o valor dos benefícios prevê que os benefícios, depois de concedidos, terão aumento acima da inflação. A hipótese atual se justifica pela expectativa de reajuste futuro baseados na reposição inflacionária. Os benefícios que possuem paridade com o salário da atividade, garantida pela legislação anterior, estão em extinção e não geram impacto significativo com o uso da hipótese. Já o benefício que mantém paridade com o valor do Salário Mínimo, apesar de não haver exigência, utilizamos crescimento real de 0,50% a.a., pois é uma variável com forte exposição política e tem sido remunerada acima da inflação ultimamente.

47





FUTURA TECNOLOGIA
Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
CNPJ: 12.656.085/0001-89
Rua Nilson Sabino Pinho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
Olinda-PE – CEP 53.050-010

3003-0649

suporte@futuratec.srv.br

10 – Complemento do DRAA

Resultados - Parecer Atuarial (cont.)

c) Metodologia Utilizada para a Determinação do Valor da Compensação Previdenciária a Receber e Impactos nos Resultados

A Compensação Previdenciária a receber tem base no tempo de contribuição informado pelo Ente e se refere ao tempo entre a data de admissão de cada Servidor e a data em que foi criado o Regime Próprio de Previdência Social somado ao tempo de contribuição anterior à admissão. A Compensação Previdenciária referente aos Benefícios Concedidos é calculada na forma da Lei nº 9.796 de 05 de maio de 1999, quando ainda não deferidos os valores, sendo estimada em função da média compensada entre os Servidores em Atividade, que possuem dados de todo o período de contribuição. Havendo valor deferido, o valor mensal gera a Reserva Matemática de Benefícios Concedidos a ser reduzida de acordo com cálculo atuarial definido para o benefício regular concedido pelo regime instituidor. Quando não há informação do tempo anterior e há convênio de compensação, utilizamos o limite de 10% do Valor Presente dos Benefícios Futuros, conforme o §5º, Artigo 11 da Portaria MPS nº 464/2018. A Compensação reduz os compromissos calculados e reduz a alíquota do Custo Suplementar.

d) Identificação dos Principais Riscos do Plano de Benefícios

Erro na definição da Data de Aposentadoria Programada devido a dados errôneos não perceptíveis na análise de consistência. O crescimento real de salários pode ser inferior ao previsto reduzindo a expectativa de receita com o plano de amortização de déficit que é definido por alíquotas. O crescimento real de salários pode ser superior ao previsto e gerar benefícios com valor maior no futuro. A expectativa de vida real pode ser superior ao calculado em função da tábua de mortalidade utilizada. O retorno financeiro da aplicação dos recursos garantidores do plano pode ser menor que o previsto na base técnica.

e) Diversos

As bases de cálculo da Taxa Administrativa do exercício anterior e do atual podem ter sido calculadas em função das folhas nas datas em que se basearam os dados e podem ser divergentes da realizada durante o ano em caso de não estarem disponíveis as informações exatas.





FUTURA TECNOLOGIA
Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
CNPJ: 12.656.085/0001-89
Rua Nilson Sabino Pieho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
Olinda-PE – CEP 53.050-010

3003-0649

suporte@futurapec.srv.br

11 – PARECER ATUARIAL

Com base nos dados que nos foram fornecidos pelo Município de Terezinha, podemos afirmar que tais dados estão satisfatoriamente completos para efeitos de estudos atuariais. A amplitude e a consistência dos dados estão contemplados no DRAA, que complementa este relatório, respectivamente nas abas "Avaliação Crítica" e "Tratamento da Base Cadastral".

O *Custo Mensal* está determinado com base em princípios técnicos atuariais geralmente aceitos para os planos desta natureza, ou seja, de Benefícios Definidos. A experiência é que tal Custo tenha pouca variação, se comparado à Folha Salarial envolvida, desde que as hipóteses atuariais elaboradas se verifiquem no longo prazo e as características da massa de Servidores (distribuição salarial, etária, etc.) não venham a sofrer grandes variações.

A formulação utilizada para a definição da Responsabilidade Atuarial, Estimativa de Compensação Previdenciária, a Pagar e a Receber, e das alíquotas informadas neste relatório, constam em Nota Técnica Atuarial enviada à SPS – Secretaria de Previdência Social.

As Remunerações, informadas pelo Município, foram consideradas como sendo a base contributiva (Salário de Contribuição) e a base de cálculo para a aquisição dos benefícios previdenciários (Salário de Benefício).

Recomendamos que as Contribuições sejam realizadas conforme alíquota indicada neste parecer atuarial, sendo fixada uma alíquota para o Servidor e a diferença paga pelo município. Caso as alíquotas, referentes ao Servidor, sejam fixadas distintamente, de um órgão municipal para outro, lembramos que a diferença para a alíquota total deve ser assumida pelo órgão correspondente.

Como vimos na Base Atuarial, no capítulo 3 deste relatório, a Responsabilidade Atuarial pode sofrer alterações, em razão das modificações no cenário em que o Plano se insere. Quando o Ativo Líquido não é suficiente para cobrir esta Responsabilidade, temos o Custo Especial, que equilibrará o Plano, de acordo com o cenário vigente.

O Custo Mensal, para que o Plano de Aposentadorias e Pensões do Instituto de Previdência do Município de Terezinha tenha a garantia de equilíbrio atuarial, considerando-se os comentários da página 31, é de 34,00% da Folha de Remuneração dos Servidores Ativos, considerando a Compensação Previdenciária e incluindo-se a Taxa de Administração.

Considerando que os Servidores contribuirão com 11,00% de suas remunerações, a Contribuição do Município será de 23,00%, sendo 19,00% de Custo Normal de Longo Prazo, 1,00% de Custo Normal de Curto Prazo (Auxílios), 1,00% de Custo Especial, conforme escalonamento, e 2,00% de Taxa Administrativa sobre a folha de remuneração dos Servidores em Atividade (R\$ 275.521,94).

A alíquota mínima do Município é de 11,00% devido a paridade prevista na legislação específica (art. 2º da Lei 9.717/1998 e art. 4º da Lei 10.887/2004), o que pode ser verificado na página 23.





FUTURA TECNOLOGIA
 Futura Desenvolvimento de Programas - EIRELI
 CNPJ: 12.658.085/0001-89
 Rua Nilson Sabino Pleho nº 222, Sala 15, Bairro Jardim Atlântico
 Olinda-PE – CEP 53.050-010

3003-0649

suporte@futurapec.org.br

11 – PARECER ATUARIAL

As Contribuições devem ser iniciadas logo após o conhecimento deste relatório e, mantidas até a data da próxima reavaliação do Plano e também incidem sobre o décimo terceiro salário.

O plano de custeio define as alíquotas necessárias para garantia de todos os benefícios futuros, programáveis ou não, ou seja, garante as aposentadorias, que possuem suas regras de elegibilidade, e garante os benefícios de risco, de invalidez e morte sem necessidade de repasse de riscos a empresas seguradoras ou resseguradoras. Os benefícios de risco podem ocorrer antes ou após a aposentadoria e observamos alíquotas segregadas para garantia de pagamento de cada um dos benefícios para os beneficiários caso ocorram a morte de Servidores em atividade ou a de aposentados ou a de aposentados por invalidez.

Contribuinte	Custo	
	Normal	Suplementar
Ente Público	22,00%	1,00%
Servidor Ativo	11,00%	0,00%
Servidor Aposentado	11,00%	0,00%
Pensionista	11,00%	0,00%
Base de Incidência das Contribuições do Ente Público	FRA	FRA

FRA = Folha de Remuneração dos Servidores em Atividade

A duração do passivo, conforme previsto na Instrução Normativa nº 2 de 21/12/2018, a ser utilizada na próxima avaliação atuarial do exercício seguinte, é 13,40 anos. Este valor deverá ser observado na Tabela de Apuração de Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média (a ser divulgada no primeiro semestre do ano seguinte à base desta avaliação) para obtenção da taxa de juros a ser utilizada na próxima avaliação atuarial (caso não se observe o valor na tabela, usar o imediatamente anterior). A taxa deverá ser mote de discussão e aprovação pelos gestores do RPPS, antecedendo a Política de Investimentos e a definição da base técnica da próxima avaliação atuarial.

Este é o primeiro ano em que se demonstra o resultado da duração do passivo, não sendo possível uma análise de sua evolução conforme previsto na IN nº 2. A partir da Tabela de Apuração divulgada pela Portaria nº 50 de 28/12/2018, os prazos a partir de 10 (dez) anos permitem o uso da Taxa de Juros na ordem de 6,00% a.a. para o cálculo atuarial do exercício de 2019. Nota-se que, quanto maior o prazo, maior será a taxa a ser usada, e vice-versa. A manutenção da mesma base de dados, sem a entrada de novos segurados mais jovens, reduz o valor da duração do passivo, reduzindo a Taxa de Juros Parâmetro para a próxima avaliação atuarial.

Este relatório está de acordo a Portaria MPAS nº 464 de 19/11/2018 além da legislação já citada. Alguns itens exigidos, para informação mínima na Avaliação Atuarial, constam da Nota Técnica Atuarial, do relatório das Projeções Atuariais realizadas e do DRAA – Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial, já enviados à SPS sendo, este último, entregue em via eletrônica através do “website” do CADPREV - Sistema de Informações do Regimes Públicos de Previdência Social.

Álvaro Henrique Ferraz de Abreu
 Atuário MIBA 1.072

**ALVARO HENRIQUE
 FERRAZ DE
 ABREU:10466418833**

Assinado de forma digital por
 ALVARO HENRIQUE FERRAZ
 DE ABREU:10466418833
 Dados: 2020.03.17 11:31:59
 -03'00'





F. 24 TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT): Não foi realizado teste de imparidade (impariment) nas entidades do município, no exercício de 2019.

F.25. Análise do item 52 do ICC:

Há consistência no somatório dos saldos das contas com atributos legais [F] que compõem o Passivo do Balanço Patrimonial arrolado do Saldo Líquido do Demonstrativo dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário (BO) e da inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Líquido do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação: $[\sum \text{Passivo (F) (BF)} + \sum \text{RPNP} - \sum \text{RNPL} + \text{RPNC} (BO)] + [\text{Saldo (RPNP) (BF)}] = [\sum \text{SES (DDF)}]$.

Analisando as equações acima observamos que o valor dos restos a pagar não processados liquidados aparece duas vezes. Enquanto no balanço orçamentário, o dado aparece apenas uma vez. O saldo líquido dos Restos a Pagar Não Processados, só foram abatidos nos valores pagos. Logo, os valores liquidados e não pagos compõem o saldo final. Como já houve o movimento de liquidação, os Restos a Pagar Não Processados Liquidados compõem também os saldos das contas com atributos legais [F] do passivo do Balanço Patrimonial, causando assim a duplicidade. Acreditamos que o TCE-PE fará em breve ajustes relativos a esta equação.

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO:

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EXERCÍCIOS ANTERIORES	EXERCÍCIO DE DEZEMBRO ANTERIORES				
	(a)	(b)				
DESPESAS CORRENTES	92.590,31	141.010,41	123.038,61	123.038,63	312.522,86	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	68.386,31	0,00	0,00	68.386,78	0,00
JÚROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92.590,31	174.723,89	123.038,61	123.038,63	244.235,28	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	15.500,00	39.500,00	0,00	0,00	15.500,00	30.500,00
INVESTIMENTOS	15.500,00	39.500,00	0,00	0,00	15.500,00	30.500,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	108.090,31	173.510,41	123.038,61	123.038,63	328.022,86	30.500,00

Documento Assinado Digitalmente por: MATHIEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO, EDER MARCONI VIEIRA
Assinatura em: https://tce.tce.pe.gov.br/ppa/validarDocumento.aspx?Codigo=documento:b66a3de4-1288-4c1f-868b-cd20a742397c





G) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

ANEXO XIV

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento de metodologia para reconhecimento e registro da despesa orçamentária.	Metodologia para reconhecimento e registro da despesa.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Desenvolvimento da metodologia para controle de destinação por fontes de recursos.	Metodologia para controle de destinação por fontes de recursos.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Aquisição / Desenvolvimento de sistema para reconhecimento e registro da receita e despesa orçamentária do ente, bem como, para controle de destinação por fontes de recursos.	Sistema de informações Contábeis - SIC.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.				
Ação Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento da metodologia para registro de créditos a receber por competência.	Metodologia para registro dos créditos a receber.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Aquisição / Desenvolvimento de sistema para registro do crédito a receber por competência.	Sistema de informações Contábeis - SIC.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Estabelecer metodologia para ajustes para perdas para os créditos a receber registrados por competência.	Metodologia de ajuste para perdas	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Adequação do sistema à metodologia local do ajuste para perdas.	SIC adequado à metodologia de ajustes para perdas	Setor de Contabilidade	-	Concluída
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.				
Ação Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para reconhecimento e mensuração das obrigações e provisões por competência.	Metodologia de reconhecimento de obrigação e provisões por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
Aquisição/Desenvolvimento de Sistema para registro de obrigação e provisões por competência.	SIC adequado à metodologia de registro de obrigações e provisões por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.				
Ação Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	Metodologia de reconhecimento de ativo e passivos contingentes.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
Aquisição/Desenvolvimento de Sistema para registro de ativos e passivos contingentes e em notas explicativas.	SIC adequado à metodologia de registro de ativos e passivos contingentes e em notas explicativas.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis; respectivas depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.				
Ação Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, além de rotinas para a depreciação e exaustão sistematizadas dos mesmos.	Metodologia de reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados.	Secretaria da Câmara	31/12/2020	Em andamento
Elaboração de procedimentos para sistematização da reavaliação e do ajuste ao valor recuperável dos ativos.	Metodologia de reavaliação e "impairment" periódicos dos ativos.	Secretaria da Câmara	31/12/2020	Em andamento
Aquisição/Desenvolvimento de Sistema para registro e controle do imobilizado (móveis e imóveis).	SIC adequado à metodologia de registro e controle do imobilizado, bem como à depreciação e exaustão dos mesmos.	Secretaria da Câmara	31/12/2020	Em andamento
Lançamento em nível local do patrimônio da entidade e registro no sistema.	Rotatório do SIC com detalhamento do patrimônio do ente, com base em perícia ou referência de mercado.	Secretaria da Câmara	31/12/2020	Em andamento





Ação		4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, móveis; respectivas depreciação ou exaustão; marração e redução ao valor recuperável.			
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Desenvolvimento e operacionalização de rotina de depreciação e exaustão do mobiliário.	Metodologia de operacionalização da depreciação e exaustão.	Secretaria da Câmara	31/12/2024	Em andamento
	Adequação do SIC aos procedimentos de ajustes patrimoniais acima apresentados.	SIC adequado à metodologia de depreciação, reavaliação "impairment", etc. dos elementos patrimoniais.	Setor de Contabilidade	31/12/2024	Em andamento
Ação		5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para reconhecimento e mensuração das obrigações por competência, decorrentes de benefícios a empregados.	Metodologia de mensuração e reconhecimento de obrigação por competência, decorrentes de benefícios a empregados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Em andamento
	Ajuste/Desenvolvimento de Sistema para mensuração e registro de obrigações por competência, decorrentes de benefícios a empregados.	SIC adequado à metodologia de mensuração e registro de obrigações por competência, decorrentes de benefícios a empregados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Em andamento
Ação		6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para mensuração e reconhecimento das obrigações com fornecedores por competência.	Metodologia de mensuração e reconhecimento de obrigação com fornecedores por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2015	Concluída
	Ajuste/Desenvolvimento de Sistema para mensuração e registro de obrigações com fornecedores por competência.	SIC adequado à metodologia de mensuração e registro de obrigações com fornecedores por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2015	Concluída
	Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para mensuração e reconhecimento das demais obrigações por competência.	Metodologia de mensuração e reconhecimento das demais obrigações por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2023	Em andamento
Ação		7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Ajuste/Desenvolvimento de Sistema para mensuração e registro de demais obrigações por competência.	SIC adequado à metodologia de mensuração e registro das demais obrigações por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2023	Em andamento
Ação		8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e coreógenos, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Elaboração de procedimentos e rotinas para reconhecimento e mensuração do ativo intangível, além de rotinas para amortização sistematizada dos mesmos.	Metodologia de reconhecimento e mensuração de ativos intangíveis.	Secretaria da Câmara	31/12/2021	Em andamento
	Elaboração de procedimentos para sistematização de reavaliação e do ajuste ao valor recuperável dos ativos intangíveis.	Metodologia de reavaliação e "impairment" periódicos dos ativos intangíveis.	Secretaria da Câmara	31/12/2021	Em andamento
	Ajuste/Desenvolvimento de Sistema para registro e controle do ativo intangível.	SIC adequado à metodologia de registro e controle do ativo intangível, bem como à amortização dos mesmos.	Secretaria da Câmara	31/12/2021	Em andamento
	Levantamento em nível local do ativo intangível da entidade e registro no sistema.	Relatório do SIC com detalhamento do ativo intangível do ente, com base em perícia ou referência de mercado.	Secretaria da Câmara	31/12/2021	Em andamento
	Desenvolvimento e operacionalização de rotina de amortização do ativo intangível.	Metodologia de operacionalização da amortização.	Secretaria da Câmara	31/12/2021	Em andamento
	Adequação do SIC aos procedimentos de ajustes patrimoniais acima apresentados.	SIC adequado à metodologia de amortização e reavaliação "impairment", etc. dos elementos intangíveis.	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Em andamento
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP					
Ação		Aplicação do Plano de Contas, detalhado ao nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Extensão do PCASP para nível detalhado necessário ao ente.	PCASP estendido até o nível necessário para registro contábil dos lançamentos do plano de contas.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
	Levantamento de dados de lançamentos relacionados à gestão contábil local.	Relatório de lançamentos que devem ser registrados na contabilidade do ente.	Setor de Contabilidade	-	Concluída





Elaboração de eventos para registro contábil dos lançamentos levantados anteriormente.	Relatório com eventos que registram os lançamentos anteriores com base no PCASP estendido.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Aplicação / Desenvolvimento de sistema para o PCASP estendido e os eventos sejam carregados.	SIC adequado ao PCASP estendido e aos eventos.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Crear rotinas de integridade e de abertura e encerramento do exercício.	Metodologia de registro de abertura e encerramento do exercício, além de verificação de integridade dos dados.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Adequação do SIC às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	SIC adequado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de regras / fórmulas para levantamentos das DCASP a partir da contabilidade.	Metodologia de levantamento das DCASP por meio do PCASP estendido e das demais informações.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Ajuste das demonstrações contábeis para o novo padrão, com a inclusão das fórmulas.	Template de DCASP adequadas à novas demonstrações contábeis.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Ajuste em sistemas para inclusão do novo modelo de DCASP.	SIC adequado à metodologia de levantamentos das DCASP a partir do PCASP estendido e das demais informações.	Setor de Contabilidade	-	Concluída

TEREZINHA, 31 de dezembro de 2019.

Matheus Emídio de Barros Calado

Prefeito

Eder Marccone Vieira Contador

CRC/PE nº 027904/0-8

